

FACTO

ABIFINA

ANO III • JUL/AGO • 2009 • Nº 20

Publicação da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades



O Comperj e a
química fina:

O desafio de ousar um pouco mais

O IPD-FARMA ADVERTE!

Inovação não tem contra-indicação

“Inovação no Complexo Industrial da Saúde”

3º ENIFarMed

3º ENCONTRO NACIONAL DE INOVAÇÃO EM FÁRMACOS E MEDICAMENTOS

O **ENIFarMed** é um evento anual que tem como objetivos a discussão de uma agenda comum para o avanço da inovação tecnológica de fármacos e medicamentos no Brasil através da integração entre técnicos, pesquisadores e desenvolvedores de toda a cadeia produtiva do Complexo Industrial da Saúde.

O evento de 2008 contou com a participação de 45 empresas, 25 instituições de ensino e pesquisa além de representantes do **MCT, MS, Anvisa, INPI, BNDES, Finep e FURP**. Em 2009, teremos, como novidade, duas Sessões Regulatórias onde a **Anvisa** estará participando da discussão sobre Guia de Boas Práticas Clínicas, Nova Regulamentação para Bulas e Adequação de Pós-Registro.



INSCREVA-SE JÁ:
www.protec.org.br
Contato: Mariana Sandroni
tel.: (21) 3077-0837
mariana@protec.org.br

Patrocínio



Realização



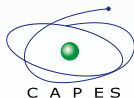
Correalização



Apoio



Patrocínio institucional



Ministério da Educação



Ministério da Ciência e Tecnologia



Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica- PROTEC

Av. Churchill, 129 Grupo 1101 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20020-050 fone:(21) 3077-0800 - fax.: 3077-0812

www.protec.org.br

FACTO ABIFINA

Corpo Dirigente

Conselho Administrativo

Presidente: Luiz Claudio Barone
 1º Vice-presidente: Nelson Brasil de Oliveira
 Vice-presidente de Estudos e Planejamento:
 Marcos Henrique de Castro Oliveira
 Vice-presidente: Luiz Guedes
 Vice-presidente: Dante Alario Junior
 Vice-presidente: Marcos Lobo
 Vice-presidente: Alberto Mansur
 Diretor de Comércio Exterior: Josimar Henrique da Silva
 Diretora de Estudos da Biodiversidade: Poliana Silva
 Diretor de Assuntos Regulatórios de Fármacos:
 Nicolau Pires Lages
 Diretor de Assuntos Regulatórios de Agroquímicos:
 Arnaldo Massariol
 Conselheiro Geral: Ogari de Castro Pacheco
 Conselheiro Geral: Eduardo Costa
 Conselheiro Geral: Lelio Augusto Maçaira
 Conselheiro Geral: Telma Salles

Conselheiros Beneméritos

Marcos Lobo (Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S/A.)
 Dante Alario Junior (Biolab Sanus Farmacêutica Ltda.)
 Fernando de Castro Marques (União Química Farmacêutica
 Nacional S/A.)
 Luiz Barone (Milenia Agrociências S/A.)
 João Benjamim Parolin (Oxiten S/A Indústria e
 Comércio)

Conselho Consultivo

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
 Antônio Salustiano Machado
 Isaac Plachta
 Fernando de Castro Marques
 Alcebiades de Mendonça Athayde
 Kurt Politzer
 Fernando Sandroni
 José Alberto de Senna
 Jean Peter
 Manoel Zauberman

Expediente

Coordenação Geral:
 Claudia Craveiro • claudia@abifina.org.br
 Reportagens (Capa, Tendências e ABIFINA
 Comenta): Inês Accioly
 Matéria Técnica: Noemy Padilha
 Projeto e Produção Editorial: Scriptorio Comunicação
 21 2532 6858 - www.scriptorio.com.br

Os artigos assinados e as entrevistas são de responsabilidade do autor e não expressam necessariamente a posição da ABIFINA. A entidade deseja estimular o debate sobre temas de relevante interesse nacional, e, nesse sentido, dispõe-se a publicar o contraditório a qualquer matéria apresentada em seu informativo.

ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades
 Av. Churchill, 129 / Grupo 1102 e 1201 • Centro
 CEP 20020-050 • Rio de Janeiro • RJ
 Novos números da Central Telefônica:
 Tel.: (21) 3125-1400 / Fax: (21) 3125-1413
 www.ABIFINA.org.br



Veja quem está na
Química Fina.



O economista Mauro Arruda analisa a crise financeira do País.



Comperj e a Química fina:
O desafio de ousar um pouco mais

EDITORIAL	04
CAPA	06
ENTREVISTA	13
ARTIGO OPINIÃO	16
QUEM ESTÁ NA QUÍMICA FINA	18
ABIFINA COMENTA A NOTÍCIA	22
PAINEL DO ASSOCIADO	24
ABIFINA EM AÇÃO	26

FACTO ABIFINA

ANO 12 • JUN/JUL • 2009 • Nº 20
 Publicação da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades

O Comperj e a química fina:
O desafio de ousar um pouco mais

Publicação da:

ABIFINA 
 Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina,
 Biotecnologia e suas Especialidades



Mudar atitudes e reconstruir instituições

Fundamentos indispensáveis ao crescimento econômico

por Nelson Brasil de Oliveira • Vice-Presidente da ABIFINA

O Presidente Obama, em visita feita ao Parlamento de Gana no início de julho, com sábias palavras dirigiu-se à África - mas em realidade o que ele disse é aplicável aos demais países no mundo, em especial aqueles que se encontram em processo de desenvolvimento econômico, como é o caso brasileiro.

Dentre o que disse Obama em Gana, os seguintes conceitos magistras devem ser destacados:

» “O desenvolvimento depende de uma boa administração. Esse é um ingrediente que tem faltado durante muito tempo em vários lugares”.

» “Necessitamos de instituições capazes e transparentes, nas quais possamos confiar para dar vida à democracia, com parlamentos fortes e forças policiais honestas, juízes e jornalistas independentes, com um setor privado e uma sociedade civil vibrantes”.

» “Democracia é muito mais do que realizar eleições. Tem também a ver com o que acontece entre essas eleições”.

» “Nenhum país irá criar riqueza se os seus líderes explorarem a economia para enriquecerem a si próprios, ou se a polícia puder ser comprada por traficantes da droga”.

» “Ninguém vai querer viver onde o primado da lei abre caminho a um regime de brutalidade e subornos. Chegou o momento de pôr fim a tudo isso!”.

Evidentemente que esse mundo idealizado pelo Presidente Obama não surge do nada, não nos vai cair do céu. Ele deverá ser conquistado diuturnamente com a efetiva participação de cada um de nós, o que irá requerer uma mudança em nossas atitudes que importarão em um aumento das responsabilidades individuais junto às instituições públicas e privadas. Somente com a intervenção responsável de cada um de nós poderemos alcançar uma boa governança na área pública, uma maior eficácia nas empresas, uma visão centrada no interesse público pelos parlamentos e o primado da lei sobre nossos atos representado por uma correta aplicação da justiça para todos - sem os privilégios de uma elite econômica como hoje se observam - e soluções concretas para o efetivo combate à corrupção.

Ninguém se pode alienar de um indispensável processo de reconstrução das instituições públicas e privadas. É muito fácil apontar o dedo contra as mazelas existentes e se atribuir culpa pelos problemas que ocorrem a terceiros, mas essa

atitude não nos levará a nada. Temos que mudar nossa postura, assumir nossa própria responsabilidade no processo de reconstrução das instituições brasileiras, como consta da mensagem de Obama.

Cada instituição pública ou privada tem responsabilidade na busca das melhores condições para o competente e produtivo exercício de suas atribuições, ainda que a solução de seus problemas não dependa apenas dela própria. Não se pode aceitar passivamente a ineficiência nas ações institucionais por depender de terceiros a solução.

Se o nosso sistema Judiciário é moroso e ineficiente devido às leis que o regulam, cabe a ele próprio formular novos procedimentos e encaminhar ao Congresso Nacional as propostas de alterações legais que se impõem para que o Poder cumpra eficientemente suas fundamentais atribuições constitucionais. A falta de iniciativas do Poder Judiciário nesse sentido, sob as mais variadas justificativas, somente agrava o problema existente e, assim, mantém a penosa situação que se encontra no país. Em nome da independência dos poderes, o Poder Judiciário não pode se acomodar, deixando de assumir a responsabilidade por iniciativas desse teor.

Se o Parlamento Nacional, maculado por indecorosas ações de alguns de seus membros, é exposto ao julgamento público pela mídia, não é por culpa da liberdade de imprensa, mas sim decorre da conivência de muitos e da omissão

dos remanescentes – que se apresentam como vestais da moralidade da Casa ou, até mesmo, dizendo-se envergonhados pela situação existente, mas também são culpados por terem sido omissos na fiscalização de atos inerentes ao exercício parlamentar. A cada dia que passa mais se apequena nossa representação parlamentar, muito mais pela inação de todos do que pelas condenáveis ações de alguns. Assim também não se pode aceitar que a singela crucificação de um parlamentar mais em evidência na mídia – por maior que seja sua culpa – sirva para eliminar ou amainar a crise institucional criada pela omissão de todos.

O Ministério Público e os Tribunais de Contas devem exercer suas responsabilidades no limite de suas competências, mas não podem nem devem exagerar nas restrições impostas a uma legítima autonomia do agente público destinada a eficientemente gerir a administração pública, nem causar inibições ou constrangimentos ao administrador, tornando ineficazes ou improdutivas suas atribuições. O exagero no exercício de tais atribuições tem causado desperdícios na administração pública e graves atrasos ao processo de desenvolvimento nacional.

De forma similar os órgãos regulatórios da economia – sejam sanitários, ambientais ou do direito proprietário – devem exercer suas funções com autonomia e isenção, sem aceitar quaisquer pressões político-partidárias que resultem em desvios funcionais – como muitas vezes vem ocorrendo na administração direta, mas não devem desconhecer que suas ações devem se subordinar aos superiores interesses nacionais. Uma absoluta autonomia decisória do agente regulatório – como se não fizesse parte de um Estado Nacional – como se verifica na atuação de diversas autarquias e agências reguladoras no Brasil, causa ineficiências na economia e queda na competitividade internacional do país.

Se a empresa privada é prejudicada pela realidade encontrada em muitas áreas da administração pública conhecidas

por “criar dificuldades para vender facilidades”, cabe a essa mesma empresa se recusar a validar processos escusos para o exercício de seus direitos, mesmo que isso lhe cause embaraços no curto prazo. Certamente no longo prazo a empresa e o país terão um retorno expressivamente maior.

O desenvolvimento econômico do país depende da sua boa governança. Mas uma boa governança não depende somente dos outros, de terceiros – como se costuma ouvir, mas sim constitui a grande responsabilidade que deve ser assumida por todos nós, agentes econômicos privados e públicos, inclusive como eleitores de governantes que devem bem representar quem os elegeu.

Nossa desilusão com governantes de ocasião não deve nos alienar do processo democrático. Os governos democráticos sempre serão os mais prósperos, mais estáveis e mais bem sucedidos no mundo, ainda que nos causem constrangimentos e aborrecimentos no curto prazo.

Mas há também que se extirpar velhos hábitos. A dependência econômica de uma nação não pode ficar centrada em produtos básicos, desprovidos de uma expressiva agregação de valor, como tem ocorrido

do país. E não somente através no pré-sal – tão divulgado pela imprensa – como também pela verticalização da cadeia produtiva de sua indústria petroquímica. Assim se viabilizaria o surgimento da química fina voltada para a área da saúde pública e para a produção de alimentos, bem como se promoveria a criação de amplo leque de fornecedores – indústrias que desenvolvem mão-de-obra especializada e criam espaço para que pequenas e médias empresas gerem empregos no país.

No cenário energético o Brasil emerge como uma extraordinária solução para os problemas que surgem nas buscas por formas de energia mais econômicas e menos agressivas ao meio ambiente. O Brasil é rico em fontes renováveis de energia – solar, eólica e biomassa. Em termos de biocombustíveis o país não somente pode ser autossuficiente, como certamente possui o maior potencial mundial em termos de atendimento à demanda global nessa área.

Temos enorme abundância de recursos naturais, ampla disponibilidade de água, clima ameno, as maiores reservas de biodiversidade do globo, enorme área cultivável, mais favorável relação população/território pátrio. Mas falta buscarmos, em


“Ninguém vai querer viver onde o primado da lei abre caminho a um regime de brutalidade e subornos. Chegou o momento de pôr fim a tudo isso!”

Barack Obama

no Brasil. Essa prática tende a concentrar a riqueza nas mãos de uns poucos e nos deixa extremamente vulneráveis em períodos de crise econômica internacional.

Felizmente agora o governo brasileiro demonstra estar atento às novas oportunidades de investimento que surgem no horizonte, como no caso do petróleo, por exemplo, que de fato constitui não somente um grande investimento empresarial, mas também representa um marco no inadiável processo de industrialização

cada instituição, pública ou privada, a forma mais eficaz para sua atuação, aproveitando sinergismos entre elas – sem o isolamento autárquico que lhes é característico – e definindo como seu objetivo central o atendimento aos superiores interesses nacionais, desprovidos de corporativismos ineficientes, baseados em princípios éticos e alinhados aos relevantes conceitos magistralmente definidos pelo Presidente Obama em Gana.



O Comperj e a química fina: O desafio de ousar um pouco mais

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em fase de implantação pela Petrobras, irá beneficiar uma ampla gama de indústrias nacionais que utilizam insumos petroquímicos. Com um pequeno passo adiante na cadeia produtiva da química fina, o Comperj poderia também dar um impulso decisivo à competitividade de dois outros segmentos industriais, social e economicamente estratégicos para o Brasil: o de fármacos e medicamentos e o de defensivos agrícolas. A Petrobras ainda não deu sinal verde para a inclusão no projeto de uma unidade multipropósito destinada à fabricação, pelo sistema de bateladas, de alguns intermediários de síntese para a química fina. Ouvida pela editoria desta revista, sobre o projeto Comperj, a Petrobras se pronunciou na forma em destaque no box das páginas 8 e 9.

O desenho atual do Complexo prevê, além de uma unidade de refino para petroquímicos básicos - que irá produzir eteno, propeno, benzeno, butadieno e paraxileno, um conjunto de unidades de segunda geração projetado para produzir estireno, etileno-glicol, polietilenos, polipropileno e PTA/PET. Os produtos de segunda geração servem a uma ampla gama de indústrias de transformação. Algumas

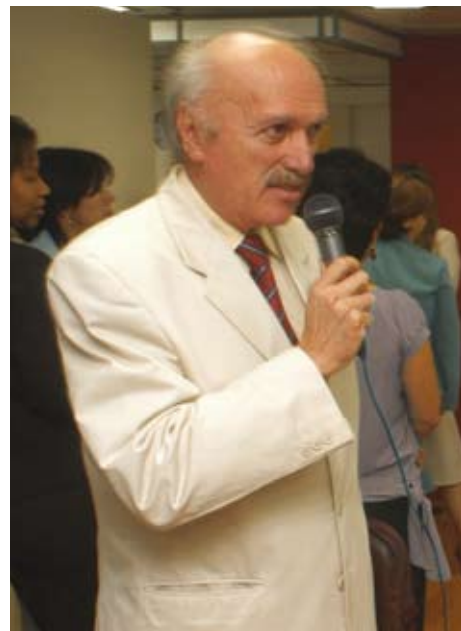
das matérias-primas disponibilizadas na primeira geração podem ser direcionadas, ou não, também para a cadeia produtiva da química fina, dependendo da demanda do mercado. O desenho definido para o Comperj reflete um saudável pragmatismo, na medida em que privilegia o retorno comercial, mas é pouco ambicioso do ponto de vista estratégico no longo prazo para o país. Ele agrega valor ao petróleo produzido no País, sem dúvida, porém não ultrapassa o instável patamar das *commodities* da indústria química.

Estudo de viabilidade prossegue

O Assistente da Presidência da Petrobras, Vivaldo Barbosa, assegura que a empresa continua considerando seriamente a possibilidade de avançar na cadeia produtiva da química fina, tanto que estabeleceu grupos de estudo para analisar o assunto mais a fundo. Segundo ele, a Petrobras busca uma maneira mais objetiva de viabilizar, como empreendimento anexo ao Complexo, “uma unidade petroquímica que aproveite as matérias-primas do Comperj e avance no processo industrial, operando em cadeias de síntese química e purificação dos intermediários químicos, que o Brasil precisa para a produção de

agroquímicos e farmoquímicos”.

A Petrobras age com a cautela que seria de esperar, tendo em vista que seu envolvimento direto na cadeia da química fina seria uma decisão radicalmente nova. Mas, segundo Barbosa, “o fato é que está se chegando a uma conclusão sobre a viabilidade técnica, tecnológica e financeira da montagem de uma unidade multipropósito, voltada para a fabricação de intermediários químicos para os setores industriais farmoquímico e agroquímico. Esperamos



Vivaldo Barbosa

que esse processo possa caminhar junto com a montagem e entrada em operação do Comperj, tão logo seja aprovado e definido o processo para a implantação das etapas subsequentes”.

Barbosa entende que o objetivo de explorar segmentos estratégicos das cadeias produtivas formadas a partir do petróleo não deve se restringir ao Comperj e precisa ganhar dimensão nacional. “Não apenas o Comperj, mas todas as centrais petroquímicas do País deveriam tomar medidas para ampliar a produção da química fina no País. Nossa produção é muito modesta e o Brasil tem muitas necessidades. Além disso, em torno de nós existe um mercado que poderia ser atendido. Temos a África, que poderia ser abastecida com produtos da química fina brasileira”.

O interesse público está diretamente implicado no desenvolvimento da química fina nacional, assinala o Assistente da Presidência da Petrobras. “A agricultura brasileira está sufocada pela dependência da importação de herbicidas, inseticidas e acaricidas, muitas vezes produzidos por multinacionais a preços monopolísticos”, afirma Barbosa, reiterando que precisamos mudar esse quadro. Da mesma forma, o Brasil precisa ampliar sua capacitação industrial na indústria farmacêutica, “especialmente nos medicamentos destinados à saúde pública, produzidos pelos laboratórios oficiais. Isto se consegue propiciando mais matéria-prima a preços acessíveis, com mais produtos farmoquímicos para abastecer os laboratórios”.

Embora o projeto atual do Comperj contemple apenas as áreas de primeira e segunda geração (destinadas às resinas e plásticos), afirma Barbosa, o projeto ainda não está finalizado e ainda há chance de ele incorporar adicionalmente uma nova geração voltada para a farmoquímica e a agroquímica. “Quando se criar, anexa ao Comperj, a cadeia de intermediários de síntese para fármacos e agroquímicos, com certeza isto irá atrair a outra geração, representada pelas cadeias produtivas das indústrias agroquímicas e farmoquímicas. Será um impulso grande à química fina nacional”.

Barbosa manda um recado às áreas do governo interessadas direta ou indiretamente no desenvolvimento da produção nacional farmoquímica e agroquímica. “É preciso entrar numa fase de envolvimento dos órgãos que necessitam opinar, neste caso os laboratórios, o Ministério da Agricultura, o Ministério da Saúde. Eles precisam se envolver mais diretamente. Os empresários produtores de fármacos e agroquímicos que necessitam dessa matéria-prima também serão chamados a se envolver mais diretamente. Esta será a fase subsequente”.

A torcida da indústria nacional

A indústria nacional de fármacos acompanha com grande interesse o desenvolvimento dessa discussão. Segundo Lêlio Maçaira, presidente da Laborvida, “o fortalecimento do mercado nacional de química fina orgânica e biotecnologia depende de fomento governamental, dada a baixa concentração de empresas e, em alguns casos, o perfil embrionário de outras que convergem para esse mercado”.

Para o presidente da Laborvida, na medida em que contemple a produção de intermediários de síntese, o Comperj poderá ser decisivo para a consolidação do programa brasileiro de medicamentos ge-

néricos. Esse programa será sustentável na medida em que sofra uma “reengenharia, desta feita não privilegiando apenas a ponta comercial-produtiva de fabricação de medicamentos ditos genéricos, porém contemplando toda a cadeia produtiva, desde a fabricação do insumo bioativo, dotado de propriedades terapêuticas, quer seja de origem de síntese orgânica quer de biotecnológica, até a do medicamento em suas diferentes formas e apresentações farmacêuticas”.

Isto porque, lembra Maçaira, internacionalmente a rastreabilidade da cadeia produtiva é um requisito fundamental para a confiabilidade do produto genérico, e a única forma de assegurar a rastreabilidade dos medicamentos é acompanhar a fabricação no País dos insumos bioativos de forma verticalizada, consequentemente garantindo a segurança e eficácia do medicamento. “Para isso é preciso partir das etapas básicas de construção químio-estrutural da molécula, dependentes das matérias-primas petroquímicas básicas a serem fornecidas pelo Comperj, que antecedem as fases quimio-terapêuticas”.

“A cadeia do plástico no Brasil já se encontra consolidada na primeira, segunda e terceira gerações, com a liderança e a participação da Petrobras junto a seus parceiros Brasken e Unipar, através dos



Autoridades públicas no lançamento da pedra fundamental do Comperj

Complexos Petroquímicos do Sudeste e Sul”, afirma o empresário. Quanto à cadeia da química fina, diretamente ligada ao suprimento de itens de primeira necessidade para a população, como remédios e alimentos, esta ficou por construir. A grande expectativa das empresas nacionais desse setor, frente ao projeto do Comperj, é poder contar em futuro próximo com os elos estratégicos que ainda faltam.

Segundo Maçaira, a construção da cadeia da química fina no País representará, além de uma conquista econômica e social, a quitação de uma dívida histórica. “Como as crises do petróleo (1973/79) e dos juros (1981) interromperam a execução dos grandes programas nacionais de desenvolvimento, restaria à Petrobras, através do Comperj, resgatar esse processo. Fomos suplantados por desenvolvimentos extra fronteiras, como as economias da China e da Índia, enquanto o Brasil se satisfazia com a posição de espectador, de importador de produtos acabados e matérias-primas de alto valor agregado”.

O presidente da Laborvida está convencido de que um maior comprometimento da Petrobras com a integração vertical da cadeia petroquímica, com reflexos na indústria de química fina orgânica aplicada à saúde humana, terá impacto social muito maior do que a quantidade de empregos gerados. É de empregos qualificados que o País precisa. A verticalização, segundo ele, “propiciará ao estado do Rio de Janeiro inúmeras oportunidades de crescimento econômico, projeção nacional e internacional, geração de renda, impostos, ciência, tecnologia e recursos humanos com formação qualificada garantida pelo comprometimento com projetos de longo prazo”.

Confiante na sensibilidade da Petrobras para a dimensão estratégica da integração ao Comperj da unidade destinada a produzir intermediários químicos, Maçaira vislumbra um futuro promissor para a química fina nacional. “O Comperj irá alavancar a necessária integração vertical, desde o petróleo até as especialidades petroquímicas,



Lélcio Maçaira

cas, fato incontestável em qualquer lugar do mundo onde se queira ter indústrias petroquímicas e químicas fortes e competitivas, permitindo o aparecimento de novos atores no palco da química fina orgânica aplicada à saúde humana, de forma a criar valor em toda a cadeia, desembocando no

As respostas da Petrobras ao questionário que lhe foi submetida

O déficit da balança comercial brasileira de produtos químicos é o maior dentre os setores industriais e mostra uma tendência acentuada de crescimento, nos últimos anos. Matérias-primas para fertilizantes e intermediários de síntese química têm um destaque especial neste déficit. A produção de insumos para fertilizantes como amônia/uréia foram cogitadas no desenho do Comperj?

Petrobras: Não. A Petrobras já possui duas plantas de produção de amônia/uréia. Uma em Camaçari na Bahia e outra em Laranjeiras em Sergipe. Além disso, está estudando a possibilidade de uma terceira fábrica de fertilizantes, com local a ser definido.

E a produção de intermediários de síntese e princípios ativos para as indústrias de especialidades químicas,

como farmacêutica, defensivos agrícolas, aditivos antioxidantes etc, cuja importação foi da ordem de 5 bilhões de dólares em 2008, cerca de 15% das importações totais do País?

Petrobras: Os intermediários de síntese e especialidades químicas não são a vocação da PETROBRAS, devido ao nosso porte e experiência, pois somos mais afetos a produção de *commodities*. Entretanto, o Comperj é um empreendimento estruturante que vem justamente criar o ambiente de negócio propício e incentivar a implantação deste tipo de indústria em seu entorno.

A Petrobras criou seis empresas para cuidar de cada um dos segmentos que compõe o complexo petroquímico, mas a área química que se liga à petroquímica através de insumos como benzeno, tolueno, xilenos, propeno etc, ficou

de fora. Não há previsão para avançar nesta área da qual o Brasil é tão dependente do setor externo e que é a que mais agrega valor na cadeia química?

Petrobras: A Petrobras criou seis empresas, sendo uma empresa holding Comperj Participações SA que gerenciará inicialmente a estruturação societária do complexo petroquímico e a participação da Petrobras neste negócio. As cinco outras empresas, nas quais a Petrobras terá participação em níveis diferenciados são: Comperj Petroquímicos Básicos SA, Comperj Poliolefinas SA (PE e PP), Comperj MEG SA, Comperj Estirênicos SA e Comperj PET SA

A Empresa Comperj Petroquímicos Básicos SA é a responsável pela produção dos petroquímicos básicos que suprirão as unidades de segunda geração. Esta empresa gerará os insumos petroquímicos citados:



Jean Peter

medicamento de qualidade que preserve a saúde da população”.

O setor privado está otimista, como se pode ver, e confia na força do mercado para completar o processo de verticalização a partir do impulso do Comperj. O presidente da Globe Química, Jean Peter,

também enfatiza a relevância do apoio da Petrobras e a disposição da indústria nacional de trabalhar em parceria pelo fortalecimento dessa cadeia. “A indústria farmoquímica depende de intermediários químicos em vários níveis, do produto químico básico ao intermediário mais avançado. Como o Brasil não tem produção de matérias-primas básicas para a fabricação dos intermediários iniciais, sua indústria farmoquímica fica extremamente fragilizada, dependente de intermediários de outros países, principalmente da China e da Índia”, afirma o empresário.

Por enquanto o Brasil não tem infraestrutura para estabelecer a ligação entre o setor petroquímico e a indústria farmoquímica. “Até hoje, a despeito de tudo o que percebemos como intenções do governo, a realidade é que muito pouco foi investido em favor dessa indústria. Quase nada” – lamenta Jean Peter. São poucas empresas atuando nessa cadeia, a maioria delas trabalhando com intermediários avançados, mais próximos dos princípios ativos far-

macêuticos. Como não há produção local de intermediários básicos, fica muito fácil perdermos mercado para a China e a Índia, que investiram nas etapas iniciais e podem nos tirar do mercado simplesmente elevando o preço desses insumos.

Isto já ocorre com frequência. Segundo o presidente da Globe, o intermediário básico é vendido hoje a preço excessivamente alto, pois os países fornecedores não têm interesse em que se produza o princípio ativo aqui no Brasil. Eles preferem vender diretamente o produto com maior valor agregado. “Então, ficamos na mão dos fornecedores. Se tivermos no Brasil uma indústria de base para a produção farmoquímica, sairemos dessa posição de fragilidade e ganharemos independência estratégica na produção de princípios ativos para medicamentos” – garante Jean Peter.

Embora a indústria demonstre confiança numa evolução do projeto do Comperj nessa direção, o presidente da Globe compartilha a preocupação de Vivaldo Barbosa

propeno, benzeno e xilenos, além de eteno. Não será produzido tolueno, pois este produto será consumido até a sua exaustão no ciclo de aromáticos, objetivando a produção dos outros aromáticos, os quais estarão disponíveis para as unidades de segunda geração já existentes e outras unidades petroquímicas que desejarem se instalar junto ao nosso complexo.

Qual a margem de flexibilidade do complexo petroquímico na produção de eteno/propeno? Será possível maximizar a produção de propeno em relação ao eteno caso as condições de mercado assim recomendem?

Petrobras: O Comperj já foi concebido visando à maximização de propeno, pois temos como unidade para conversão em olefinas leves um FCC Petroquímico, que é uma unidade que prioriza a produção de propeno. Nosso complexo já tem uma

relação Propeno x Eteno mais alta que os complexos convencionais que são baseados somente nos Steam Crackers. Além disto, esta relação sempre pode ser ajustada, tanto através da severidade do Steam Cracker quanto do sistema catalítico aplicado no FCC Petroquímico, objetivando adequar a produção destas olefinas às futuras condições de mercado.

A Petrobrás vem fazendo importantes investimentos em pesquisa e desenvolvimento da produção de álcool a partir de cana, inclusive de segunda geração (bagaço) e há tempos dispõe de tecnologia para produção de eteno a partir de álcool. Esta possibilidade foi levada em conta quando do planejamento do esquema de produção do Comperj?

Petrobras: É verdade que a Petrobras desenvolve projetos de P&D para maximizar a produção de etanol e matérias-primas

renováveis, quer seja para aplicação com combustível, quer seja como matéria-prima petroquímica. A princípio como havia, no País, uma falta de disponibilidade de matérias-primas petroquímicas competitivas e queríamos produzir uma gama ampla de produtos petroquímicos básicos, optou-se fazer petroquímica partindo do petróleo cru nacional e a produção de eteno a partir de álcool não foi contemplada na configuração do complexo. Outro aspecto importante, que norteou esta opção, foi agregação de valor ao nosso petróleo que por ser pesado, é atualmente vendido no mercado internacional com deságio. Entretanto, nada impede que no futuro se coprocesse, no Comperj, matérias-primas renováveis como álcool e óleos vegetais, objetivando maximizar o rendimento de olefinas leves, sempre que o preço desses insumos for competitivo. A Petrobras dispõe de patentes sobre essas rotas.

com a falta de engajamento do governo como um todo. Ele afirma que há um desconforto, porque de um lado o Estado, embora tenha um discurso pró-ativo e até desempenhe ações pró-ativas, ainda enfrenta certa omissão de setores que não estariam contribuindo o suficiente para reforçar essa iniciativa da Petrobras, como os laboratórios oficiais, que evitam assumir compromissos com cronogramas de desenvolvimento dos produtos. Uma honrosa exceção nesse cenário é o laboratório Farmanguinhos, que tem liderado na área da saúde pública os esforços para a construção da cadeia produtiva de medicamentos. Se outros laboratórios públicos fizessem o mesmo, seria uma grande contribuição para a concretização do projeto.

Jean Peter assegura que, em condições favoráveis de aquisição de insumos, a iniciativa privada mostrará seu potencial no segmento farmoquímico, na medida em que ficará menos vulnerável à volatilidade do mercado internacional e poderá contar com mais constância no abastecimento. “No momento em que o Brasil, através da Petrobras, investe no Comperj e passa a considerar a possibilidade de apoiar a produção de intermediários de síntese para a

“Como o Brasil não tem produção de matérias-primas básicas para a fabricação dos intermediários iniciais, sua indústria farmoquímica fica extremamente fragilizada, dependente de intermediários de outros países, principalmente da China e da Índia.”

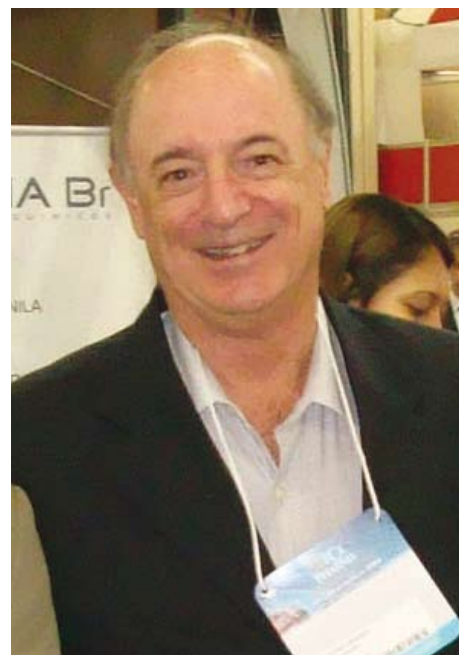
química fina, fica muito claramente estabelecida a prioridade conferida e a disposição do governo de investir no crescimento da indústria química e suas especialidades integrantes da cadeia farmacêutica. Isto vai fazer com que os agentes privados se sintam muito mais confortáveis para investir nessa indústria”.

Atualmente os problemas de abastecimento são frequentes. Além da manipulação de preços já mencionada, para se comprar um produto fabricado na Índia ou na China são necessários, no mínimo, 45 ou 60 dias de antecedência, segundo o presidente da Globe. “O produto nacional poderá ser adquirido imediatamente e, em função disso, o capital de giro investido vai diminuir muito. Hoje a empresa perde muito tempo na logística do suprimento”.

Antônio Berdge Kessedjian, diretor da Alfa Rio Química Ltda., destaca que a implantação do polo Petroquímico na região de Itaboraí será de vital importância econômica para o Brasil e para as indústrias químicas, farmoquímica e petroquímica nacionais, em especial para aquelas localizadas do Rio de Janeiro, pois a produção de algumas matérias-primas específicas permitirá a redução de importações desses produtos, significativamente, livrando os produtores nacionais da dependência dos fornecedores externos, bem como resultará numa redução relevante de nossa pauta de importação nessa estratégica área e, certamente, permitirá a exportação de muitos produtos da cadeia, além da criação de muitos empregos que obrigará a formação de pessoal para atender a demanda desse investimento. Deve-se considerar, também, que essa cadeia produtiva partirá de um petróleo de baixa qualidade extraído na bacia de Campos, que atualmente é exportado a preços muito baixos.

Déficit cresce sem parar

Enquanto o Brasil reluta, outros países calibram suas políticas industriais para ocupar espaços estratégicos no setor químico. A China já alardeou sua intenção de ocupar espaço no mercado brasileiro de defensivos agrícolas, usando como



Antônio Berdge Kessedjian

ponta-de-lança produtos genéricos como o glifosato. A indústria chinesa já é hoje a principal produtora dos intermediários químicos utilizados nas cadeias de defensivos e fármacos, enquanto que a Índia cresce continuamente no segmento de fármacos, apostando numa política de verticalização. Países do Oriente Médio implantam novas unidades petroquímicas para agregar valor ao petróleo abundante e de baixo custo de que dispõem, capacitando-se assim para disputar fatias das cadeias produtivas que se desdobram a partir dessa matéria-prima.

Fala-se muito em desenvolvimento sustentável no Brasil, mas na prática ainda estamos longe de seguir esse caminho. Na crise, ficamos acuados e nos ajustamos facilmente ao discurso da “sobrevivência em primeiro lugar”. O genuíno desenvolvimento sustentável é aquele que visa o longo prazo. Os países economicamente fortes sabem que resultados comerciais de curto prazo não garantem sustentabilidade e mesmo na crise – ou até aproveitando as oportunidades que ela oferece – não perdem o norte do desenvolvimento. O dilema entre o curto prazo associado à idéia de sobrevivência e o longo prazo identificado com o desenvolvimento é, na realidade, é um falso dilema.

Fala-se muito em desenvolvimento sustentável no Brasil, mas na prática ainda estamos longe de seguir esse caminho. Na crise, ficamos acuados e nos ajustamos facilmente ao discurso da “sobrevivência em primeiro lugar”.

A viabilização comercial de um polo de intermediários químicos no Brasil dependeria justamente de uma decisão em nível de política industrial. Trata-se de uma aposta, sem dúvida, mas nem de longe seria apostar no escuro. Equacionando-se o problema da produção local dos intermediários básicos, haverá grande probabilidade de que as empresas hoje importadoras de produtos semiavanzados realizem investimentos para completar o ciclo de verticalização.

A indústria farmoquímica, isoladamente, adquire apenas intermediários avançados ou semiavanzados que, embora de valor estratégico para o País, expressam uma reduzida escala produtiva. Faz-se necessário, então realizar uma composição harmonizada entre a demanda desse setor e aquela apresentada pelo setor agroquímico, orientação que deverá permitir, pela economia de escala então atingida, viabilizar comercialmente a unidade de intermediários de síntese para a química fina do Comperj. Somando esses segmentos, o mercado doméstico brasileiro não é nada desprezível. O de fármacos e medicamentos movimenta hoje, anualmente, mais de US\$ 15 bilhões e o de defensivos agrícolas movimenta mais de US\$ 6 bilhões. “O custo do registro no Brasil é alto, mas os

lucros são proporcionais” – afirmou recentemente o executivo Steven Lu, diretor do Fuhua Group, organização chinesa do setor agroquímico, em visita ao País.

Muitos fármacos e defensivos são derivados de produtos aromáticos como o benzeno e o tolueno. O Brasil já produziu alguns desses derivados na década de 80, mas a predatória abertura comercial empreendida pelo governo Collor nos anos 90 liquidou com esse segmento, e hoje o País é totalmente dependente de importações. Embora nas estatísticas oficiais de comércio exterior esses produtos apareçam como matérias-primas, eles estão longe de ser produtos primários e em nenhuma hipótese podem ser enquadrados na categoria de *commodities*. Ao contrário, têm alto valor agregado. Enquanto uma tonelada de petróleo pode custar algo em torno de US\$ 400, uma tonelada de qualquer intermediário de síntese para a química fina custa, no mínimo, cinco vezes mais. Vejamos o exemplo dos clorobenzenos e seus derivados, que constituem um grupo importante de intermediários para fármacos e defensivos agrícolas, com demanda crescente no Brasil:

Em 2007 o Brasil importou 280 toneladas de clorobenzeno ao preço médio (FOB) de US\$ 1.553,00 por tonelada; 32 toneladas de p-aminofenol ao preço médio de US\$ 4.427/t; 1.045 toneladas de acetaminofeno (ou paracetamol) ao preço médio de US\$ 3.623,00/t; 600 toneladas de o-fenilenodiamina (insumo para fabricação dos princípios ativos tiabendazol e omeprazol) ao preço médio de US\$ 4.856,00/t; 108 toneladas de bromo-ciclohexano ao preço médio de US\$ 120.896,00/t. Segundo estudo recente, a demanda brasileira de clorobenzeno deve crescer 3,4% ao ano nos próximos vinte anos, e a dos seus derivados crescerá a taxas superiores a 6%. De 2007 para 2008 os preços da o-fenilenodiamina e do bromo-ciclohexano subiram, respectivamente, 13% e 17,5%.

No que diz respeito aos derivados da cadeia do tolueno e do xileno, o quadro não é muito diferente e, em certos ca-

sos a elevação recente de preços é inacreditável. Em 2007 o Brasil importou 63 toneladas de 2,6-diclorotolueno e outras tantas de o-clorotolueno ao preço médio de US\$ 5.947,00/t. Em 2008 o preço desses intermediários estava na faixa de US\$ 13.615,00/t. O benzaldeído, importado em 2007 (64 toneladas) ao preço médio de US\$ 2.824,00/t, estava custando em 2008 US\$ 4.062,00/t. A 2,4-Xilidina, importada em 2007 (112 toneladas) ao preço médio de US\$ 2.995,00/t, já não estava acessível em 2008 por menos de US\$ 3.800,00/t. A 2,6, Xilidina, que em 2007 pôde ser adquirida por US\$ 11.735,00/t, em 2008 estava custando US\$ 19.594,00/t.

Os números da balança comercial brasileira mostram que, na área química e fora dela, as exportações brasileiras se concentram em setores de baixa e média-baixa intensidade tecnológica, enquanto nas importações é o contrário: mais de 70% das compras externas envolvem produtos de alta e média-alta intensidade tecnológica. Produtos farmacêuticos e demais produtos da indústria química estão, respectivamente, nos grupos de produtos de alta e média-alta intensidade tecnológica. Em ambos a balança comercial brasileira apresenta déficit persistente e crescente.

A partir de 2005, quando a economia brasileira voltou a crescer em ritmo mais acelerado, o déficit comercial vem aumentando dramaticamente. No ano passado, as importações de medicamentos ultrapassaram US\$ 4 bilhões, as de defensivos agrícolas prontos alcançaram US\$ 1,2 bilhão, e as de produtos da química fina – intermediários de síntese e princípios ativos – atingiram a marca recorde de US\$ 5,3 bilhões. No conjunto, o déficit comercial brasileiro em produtos químicos atingiu a cifra recorde de US\$ 23,6 bilhões – o que representa um crescimento de nada menos que 79% em relação a 2007.

Commodity e comodismo

A implantação no Brasil de uma indústria de intermediários químicos e princípios

A implantação no Brasil de uma indústria de intermediários químicos e princípios ativos para fármacos e defensivos agrícolas não ocorrerá por geração espontânea. É preciso muita vontade, obstinação e razoável dose de estímulo.

ativos para fármacos e defensivos agrícolas não ocorrerá por geração espontânea. É preciso muita vontade, obstinação e razoável dose de estímulo. Trata-se, afinal, de um mercado dominado por poderosas corporações multinacionais, apoiadas pelos governos de seus países de origem, e onde as barreiras contra a entrada de novos competidores são continuamente reforçadas. Isto é natural, pois os países desenvolvidos e emergentes que direcionaram suas políticas industriais para a química fina têm consciência da importância estratégica desse setor e não hesitam em verticalizar suas cadeias produtivas, assegurando-se do controle de abastecimento e de preços em todos os seus elos estratégicos. Ficam de fora apenas os insumos classificáveis como *commodities*, que podem ser controlados por outros instrumentos que não o da produção local. Esses países sabem que, na falta de um elo estratégico, toda a cadeia fica frágil e facilmente se rompe.

Os resultados recentes da balança comercial brasileira mostraram que nosso país, ao contrário, vem se caracterizando cada vez mais como produtor e exportador de *commodities*, o que ameaça em médio prazo a posição brasileira como economia emergente. Da AEB às entidades setoriais da indústria, diversas lideranças empresariais já manifestaram publicamente essa preocupação. Entre os setores que concorrem para o déficit da nossa balança comercial, o setor químico se

destaca como um dos três mais importantes, com participação ponderável da química fina e especialidades. Esse quadro não será revertido sem uma forte intervenção governamental, não apenas em nível de política industrial, mas também em nível de atuação econômica direta.

A Petrobras poderá ser um aliado de peso na luta contra o déficit do setor químico. Com um investimento que, no âmbito do Comperj, seria talvez pouco expressivo, mas que para a indústria nacional de química fina teria o valor de uma alforria, a Petrobras pode mudar o futuro de todo um setor industrial, com reflexos na produção de tecnologia, na qualidade do emprego e na geração de mais renda para o trabalhador brasileiro. Há algumas décadas a participação direta dessa empresa foi fundamental para a criação de um parque petroquímico no País e para a agregação de valor ao petróleo nacional. Infelizmente o neoliberalismo ditado a partir do Consenso de Washington (1989) – a título de desestatização a qualquer custo e sem critérios – obrigou a Petrobras a abandonar relevantes posições que já assumira na indústria petroquímica, especialmente em parcerias com empresas privadas, suportando empreendimentos nacionais. Agora é hora de dar um basta ao passado, dar mais um passo à frente, investindo em produtos da química que façam uma ponte com os segmentos da química fina, social e

e presente, com a visão do futuro que conduz a Petrobras a uma empresa de energia. A maneira de transmitir essa idéia, nos comerciais, é mostrando que energia é a força que move as pessoas para realizarem sonhos: são cinquenta anos de um Brasil que dá certo, completados exatamente quando o país vive um momento de esperança, reconstrução e resgate do sentimento de brasilidade”.

Pois bem: inovar é um ato de ousadia, de criação e superação de desafios. A inovação rompe, por definição, com atitudes conservadoras e comodistas. Nesse sentido, o Comperj somente será uma inovação se a concepção do seu projeto industrial efetivamente contribuir para tirar o Brasil do círculo vicioso da exportação de *commodities*.

Saúde e alimentos são itens de primeira necessidade, e as indústrias de fármacos e agroquímicos estão diretamente ligadas ao atendimento dessas necessidades. Isto é o que justifica o envolvimento direto do governo e de suas empresas na viabilização da produção nacional de medicamentos para a população e de defensivos químicos para garantir a produção do agronegócio. Não se pretende que a Petrobras vá longe na cadeia da química fina, mas tão somente que insira, apoiando no projeto do Comperj, duas ou três linhas de reação química para vencer uma etapa da cadeia produtiva desse setor que hoje é altamente problemática em ter-

A Petrobras pode mudar o futuro de todo um setor industrial, com reflexos na produção de tecnologia, na qualidade do emprego e na geração de mais renda para o trabalhador brasileiro.

economicamente estratégicos para o País.

Na comemoração dos seus cinquenta anos a Petrobras escolheu o slogan “O desafio é a nossa energia” para expressar o estágio atual da cultura da empresa. A área de marketing da Petrobras procurou enfatizar, em suas próprias palavras, “a história de uma empresa construída a partir de um sonho do povo brasileiro, feita por brasileiros capazes de vencer desafios. O binômio sonho/desafio é explorado para a transposição entre passado

mos comerciais. A unidade de intermediários químicos pode ser concretizada com a participação e o aporte societário de indústrias químicas privadas, mas é preciso que a Petrobras manifeste disposição de implantá-la. Com uma pequena agregação de valor na sua produção, o Comperj poderá abrir uma possibilidade de grande importância estratégica para o desenvolvimento econômico e social do País em bases sustentáveis.

A crise financeira está sendo superada?

Entrevista com Mauro Arruda, concedida em 31 de julho de 2009



Mauro Arruda é economista e sócio da Macrotempo Consultoria Econômica. É especialista em política industrial e tecnológica.

Políticas anticíclicas adotadas até aqui pelo governo priorizam o mercado interno, o acesso das empresas ao crédito, o consumo das famílias e os gastos governamentais, refletindo, talvez, a resistência do Banco Central para atuar no câmbio e reforçar as exportações. Já estamos perdendo mercado para a China até na América Latina. Será possível depender apenas do mercado interno para superar a crise?

As políticas anticíclicas têm produzido resultados. Não fossem elas o país estaria vivendo uma situação dramática de aumento generalizado de falência de empresas, de desemprego, de perda de renda das famílias e de perdas acentuadas de arrecadação dos Governos.

No Brasil, essas políticas conseguiram resgatar, numa velocidade surpreendente, a confiança dos agentes econômicos, sem o que não seria possível a recuperação da economia neste segundo semestre; nem a certeza de que o país terá um

crescimento robusto no ano que vem. Na realidade, fecharemos 2009 com uma taxa próxima de zero, para mais ou para menos, quando a previsão do mercado, no início do ano, era que o país teria taxas entre - 2% e - 2,5%. Em contrapartida, nossa taxa de crescimento em 2010 será inferior, apenas, à da China, uma vez que não está claro que a Índia crescerá mais que 5%. Assim, os BICs, e não os BRICs, serão os únicos países de grande porte a crescer no mundo no próximo ano. A Rússia continuará em crise.

Não é sem razão que se fala que o Brasil é a bola da vez. Com isso, os investimentos estrangeiros crescerão, podendo, em 2010, bater recordes históricos.

As políticas do Governo, face à dimensão da crise internacional, tinham de privilegiar o mercado interno, embora medidas de incentivo às exportações tenham sido colocadas em prática. Infelizmente, o efeito delas será irrelevante, tendo em vista que a crise internacional é marcada pela queda da demanda nos países centrais. Com isso, a demanda por produtos brasileiros permanecerá baixa e ainda sofrerá, em muitos casos, com barreiras tarifárias e não-tarifárias.

Não bastasse a fragilidade da demanda externa, a valorização do real tirará a possibilidade de exportarmos mais. E, vale alertar que o câmbio exercerá papel central no desempenho da economia brasileira neste e no próximo ano. Com a queda da taxa de juros básica para 8,75%, que ainda é alta, o Banco Central vem fazendo - e estará fazendo muito mais - do câmbio a âncora da estabilidade de preços. Cabe frisar que, tirando as moedas de países de menor expressão econômica, como a da África do Sul, o real foi a moeda que mais se valorizou nesta crise. Enquanto isso, na China, há anos cada dólar

custa, aproximadamente, 6,80 yuan. É com base nesse câmbio e numa política agressiva de luta por mercados que esse país se torna imbatível no mercado internacional. Ninguém pode concorrer com ele. E olha que, em função da crise, suas exportações caíram bastante.

A forte valorização do real representará, novamente, um duríssimo golpe para a indústria nacional.

No mercado, há quem preveja o dólar valendo cerca de R\$ 1,70, ou até menos, no final do ano. E mesmo que fique próximo de R\$ 1,80, representará uma perda substancial de competitividade para a indústria brasileira. Neste cenário, a onda das importações voltará a ganhar força.

O Banco Central continuará comprando moedas estrangeiras, porque faz parte da política do Governo ter reservas elevadas. Porém, sabe-se que a compra será insuficiente para estancar a valorização do real. Ela ficará sempre aquém do volume de entrada, que é e continuará sendo crescente. Como disse, o Brasil é a bola da vez.

Sabe-se que há medidas que podem ser tomadas para diminuir a valorização do real, como a criação de determinadas barreiras em relação à entrada de capitais especulativos. Num momento de crise internacional, essas barreiras são compreensíveis. Mas não se deve esperar que isso seja feito.

Para o setor produtivo nacional, o que se pode fazer com as reservas internacionais?

Pareceu-me um atraso o país não levar a sério a discussão do fundo soberano.

Não se pode deixar de considerar o exemplo de países que constituíram fundos como este, em particular, o chinês.

Há poucos dias, o Primeiro-Ministro chinês anunciou que a China usará suas

reservas para acelerar a implementação de estratégia de internacionalização de suas empresas. Trata-se de financiar os investimentos de empresas chinesas no exterior objetivando, inclusive, reduzir a dependência em relação ao dólar como moeda de reserva. O fundo soberano China Investment, fundo de investimento com US\$ 200 bilhões de capital, é parte dessa estratégia. Está voltado para participações em empresas internacionais de recursos naturais. Mas, o governo chinês o considera insuficiente e diversificará suas aplicações, entre elas, reforçando o capital de empresas estatais para que invistam no exterior, comprando concorrentes.

A estratégia anunciada é uma resposta, também, à queda substancial das exportações chinesas. Comparadas com o mesmo mês do ano anterior, desde novembro do ano passado elas estão crescendo bem menos – em janeiro de 2009, elas foram menores em mais de 50% em relação a janeiro de 2008; em maio de 2009, foram 20% menores em relação a maio de 2008.

O Brasil, observadas as devidas proporções de reservas internacionais, poderia fazer o mesmo. E até por uma razão bem objetiva, com a valorização do real não restarão muitas alternativas à indústria nacional: ou sai e compra market-share no exterior – participação em boas empresas estrangeiras, ou passará por momentos extremamente difíceis. Uma parte do Governo, como o BNDES, tem clareza sobre isso e vem dando apoio à internacionalização de empresas brasileiras. Mas, com um fundo soberano em operação, o processo poderia ganhar maior dimensão.

Gastos do Governo e cortes de impostos para setores selecionados estão se juntando à redução da atividade econômica e, conseqüentemente, da arrecadação, pressionando as contas públicas. Um superávit primário abaixo da meta de 2,5% do PIB não acende um sinal vermelho para o Governo? E como

fica a relação dívida líquida do setor público sobre o PIB?

Com a crise e o seu recrudescimento era óbvio que haveria queda da arrecadação de impostos. Por outro lado, eram necessárias políticas anticíclicas, que quiseram, entre outras medidas, cortes de impostos. Num quadro como este o superávit primário teria de vir para patamares mais baixos.

Contudo, é importante salientar que, com as vendas de automóveis em níveis próximos das vendas do ano passado, o corte de impostos na indústria automobilística teve, com certeza, pouca influência na queda da arrecadação. O mais importante é que o corte favoreceu a retomada dessa indústria, cujos efeitos multiplicadores são enormes – a indústria de autopeças, por exemplo, está se recuperando rapidamente. Ademais, pode-se creditar que parte da confiança dos agentes econômicos na recuperação da economia deve-se ao ritmo intenso das vendas dessa indústria e de anúncios de grandes investimentos por uma ou outra montadora. Não é por outra razão que, nessa crise, reconhecendo a importância do setor, governos de diferentes países o estão socorrendo ou lhe dando incentivos.

Além do automotivo e do eletroeletrônico, outros setores poderiam ter sido contemplados com cortes de impostos, mas não dá para fazer isto de forma generalizada.

Não posso esquecer que o setor de bens de capital, estratégico para o país, o mais atingido pela crise, foi recentemente contemplado com condições de financiamento que baratearão os investimentos das empresas nacionais em máquinas e equipamentos. Com a economia crescendo haverá retomada dos investimentos e o setor, apoiado por essas medidas, voltará a crescer.

Apesar disso, não há como negar que preocupa o aumento dos gastos do Governo, com custeio e pessoal, este último tendo crescido bastante. Mas, se houver

mais disciplina com esses gastos daqui para frente – creio que haverá, tamanha a reação da sociedade ao aumento desses gastos neste momento – com a retomada do crescimento os gastos do Governo deixarão de ser uma preocupação. A meta de superávit primário de 2,5% poderá ser cumprida.

Quanto à relação dívida líquida do setor público/PIB, o mercado trabalha com uma previsão, para 2009, de 42%. Em 2008, ela foi de cerca de 39%, porém, em 2007, foi de quase 44%. O melhor é o que o mercado prevê, para 2010, uma relação dívida líquida/PIB semelhante à de 2008.

Investimentos previstos para a exploração do pré-sal são da dimensão de um PAC. Como fazer para reter no Brasil uma fatia ponderável das aquisições de máquinas, navios, sondas, plataformas, etc.?

Realmente, em função das cifras gigantescas que a Petrobrás investirá para a exploração do pré-sal, pode-se pretender a criação de uma nova indústria na área de petróleo.

Para que isso aconteça, será necessária uma mudança radical na política de compras que a Petrobrás adotou nos últimos vinte anos, em que se privilegiou apenas o preço. Já imaginaram uma política dessas com o real bastante valorizado?

Entretanto, não devemos nos contentar com uma política de simples aumento de encomendas para o parque produtivo brasileiro, seguindo a velha cartilha da substituição de importações. É indispensável ir além, pensar e agir estrategicamente.

Nesse sentido, o pré-sal deve servir como um instrumento para a recriação de uma engenharia e de uma indústria nacional na área de petróleo, que dominem tecnologias e que estejam presentes na produção de bens e de serviços de maior valor agregado. No momento, nossa indústria de máquinas e equipamentos para petróleo, por exemplo, fabrica poucos-

simos bens de maior complexidade tecnológica. E, fora algumas exceções, é formada por empresas pequenas, comparativamente ao tamanho de seus concorrentes internacionais.

Deve-se ter claro que é muito pouco produzir navios e plataformas que são projetados no exterior. É porque sendo projetados no exterior, acabamos importando grande parte do que vai dentro, justamente equipamentos e outros bens de maior valor agregado. Do navio, por exemplo, produz-se, no Brasil, o casco e quase mais nada.

Portanto, deve-se almejar uma política mais ambiciosa, que valorize não só a produção, mas também a realização de projetos desses bens no país. Não podemos esquecer do segmento de prestação de serviços, que na área de petróleo envolve serviços sofisticados em termos técnicos. E permeando isso tudo, a criação de empresas de porte internacional.

Química – inclusive fertilizantes e medicamentos – eletrônica e bens de capital têm sido os vilões do incremento nas importações, reduzindo drasticamente o superávit comercial do país. Algum programa especial em vista para alavancar a produção interna desses setores?

As considerações que fiz em relação ao pré-sal, sobre o que poderia ser uma política de compras da Petrobrás, se aplicariam à área farmoquímica, em que as compras do Estado, via SUS, representam entre 20% e 25% do faturamento das empresas do setor farmacêutico e de seus insumos no país. Mas, felizmente, em 2008 nessa área o Ministério da Saúde deu passos afirmativos, baixando portarias que, uma vez aplicadas, poderão ser uma grande alavanca para o fortalecimento da indústria nacional. Assim, a indústria farmacêutica e a de química fina, estratégicas para o país, poderão crescer, mesmo com o real valorizado.

Ao contrário, nos demais setores mencionados, pelo fato da dinâmica de mercado ser outra – não haver, por exemplo,

compras governamentais, a não ser de máquinas e equipamentos para petróleo, infraestrutura (nesta última, tenho dúvidas se haverá uma política de compras na linha falada anteriormente) e para a química fina em implantação – minhas observações sobre o câmbio me permitem afirmar que dificilmente conseguiremos impulsionar a produção de seus bens no Brasil. A tendência nesses setores, com a retomada do crescimento econômico e o real em valorização, é dos fabricantes nacionais voltarem a sofrer concorrência ferrenha dos importados. Se ficarem como estão, serão presas fáceis dos concorrentes estrangeiros.

Abro um parêntese: as políticas macroeconômicas adotadas nos últimos vinte anos fizeram nossa indústria definir e ficar praticamente restrita à produção de commodities. O câmbio valorizado, ao transformar a relação câmbio/salário, extremamente gravosa para a indústria nacional, tirou de cena segmentos que fabricavam produtos de maior valor agregado e tornaram difícilíssimas as possibilidades de contarmos com segmentos de tecnologia de ponta. Em boa parte, isto também explica porque se investe tão pouco no país em inovação tecnológica, e se continuará investindo, mesmo depois de criados a partir de 2004 os bons instrumentos de incentivos ao desenvolvimento tecnológico.

Por certo, elementos da competitividade sistêmica, como uma carga tributária bem menor e uma infraestrutura melhor, poderiam ajudar na melhoria da competitividade da indústria brasileira. Mas, nada é pior que um câmbio bastante valorizado.

Face a isso num esforço para recuperar o que se perdeu e o pouco que restou de indústria com maior conteúdo tecnológico, as empresas nacionais desses setores deverão executar simultaneamente duas políticas, que devem ser vistas como complementares: uma, de participar de projetos de consolidação setorial no país; outra, de projetos de internacio-

nalização.

Projetos de consolidação setorial estão acontecendo em vários setores, sendo que em alguns num ritmo impressionante. O mesmo deveria estar ocorrendo nos setores em foco. Neles, a aquisição ou fusão de empresas nacionais é ainda pequena. Claro, que não estou falando em compra de empresa brasileira por uma estrangeira do mesmo setor.

Com relação à internacionalização, deve-se considerar que, com a crise, os preços dos ativos no exterior estão muito baixos. Nos setores citados, com certeza há um bom número de boas empresas no exterior passando por dificuldades e que podem ser compradas por preços irrisórios. Ao comprar ativos dessas empresas, as empresas nacionais poderão mudar de perfil, incorporando tecnologia e até centros de pesquisas, e não menos importante, ganhando *market share*. Podem, portanto, crescer rapidamente e ficar menos dependentes do mercado interno e de políticas de valorização do real.

O Brasil, diferente da maioria dos países, conta com um instrumento como o BNDES que está financiando projetos de consolidação setorial e, como disse, de internacionalização de empresas brasileiras. Falei do fundo soberano que poderia ter um papel relevante nisso tudo, acrescentando recursos para imprimir maior velocidade à compra de ativos estrangeiros.

Finalizando, nunca é demais dizer que a crise cria oportunidades. Ela permite que empresas mais frágeis, mas com baixo nível de endividamento, possam comprar empresas maiores, com bom *market share*, mas que estão bastante endividadas. Temos ótimas janelas de oportunidades para abrir, que permitiriam ao Brasil entrar forte em setores de tecnologia de ponta. Cabe alertar que o problema é o tempo, porque uma simples recuperação de alguns países desenvolvidos será suficiente para as janelas se fecharem.

Inovação, invenção e...confusão

por Marcos Oliveira • Vice-presidente de Estudos e Planejamento da ABIFINA

Poucas ideias alcançaram um nível de aceitação e difusão tão generalizado na sociedade brasileira quanto a ideia de inovação e sua importância no processo de desenvolvimento. O tema vem sendo explorado, com pompa e circunstância, pelo governo, setor privado e academia, em todos os seus níveis. Organizações não governamentais foram criadas para promover a inovação e associações empresariais, institutos de estudo e pesquisa, núcleos acadêmicos etc. trataram rapidamente de incluir o tema em suas agendas de trabalho.

Não há semana em que não aconteça um evento, seminário, oficina de trabalho ou que não se publique uma resenha, artigo ou coluna de opinião tratando de inovação. Pelo andar da carruagem não me espantaria ver a inovação como tema de “rap” ou enredo de escola de samba na Sapucaí.

No exterior a febre não é menor; a inovação já ganhou até status de nova disciplina econômica: a economia da inovação.

Em pouco menos de dez anos, inovação ganhou entre nós definição, classificação, adjetivação, legislação, mobilização e, como não poderia deixar de ser, um pouco de confusão, sobretudo com o conceito de invenção.

Nada contra a inovação, é claro, ela é sem dúvida um fator de crucial importância para alcançar maiores níveis de competitividade e sucesso no mercado, mas é preciso um pouco de cuidado para evitar confusões conceituais que possam afetar o esforço de inovação e servir de pretexto para a defesa de interesses estabelecidos.

Inovação e invenção são conceitos que se interpenetram, mas não se confundem. A invenção se situa no plano das ideias enquanto a inovação só acontece

no plano do real. Inovar pode ser entendido como transformar ideias em valor, e daí vem a sua ligação com a invenção. A geração de ideias novas tem seu lócus preferencial na academia enquanto a inovação acontece na empresa.

É através da inovação que se atinge a novos produtos e serviços e que se consegue o aumento da produtividade em uma sociedade. O crescimento encontra no investimento em capacidade instalada a sua força motriz principal, mas crescimento é apenas mais do mesmo. É através da inovação que se incorpora uma vertente qualitativa ao crescimento, atingindo-se o desenvolvimento. Através da inovação é que empresas e países conseguem se diferenciar, conquistar mercados, competir com vantagens.

grau de inovação de uma economia, inclusive para estabelecer comparações entre países, são exatamente indicadores de patentes, isto é, de invenções e não de inovações.

Uma invenção só se torna uma inovação quando é realizada na prática e passa a alterar a realidade, o que nem sempre acontece. Na verdade, se analisarmos o subconjunto das invenções patenteáveis - porque nem todas o são - veremos que apenas uma pequena fração delas chega ao estágio da inovação. Um estudo recente feito a partir das estatísticas do Escritório Europeu de Patentes - EPO mostrou que mais da metade delas não chega ao décimo ano de vigência, abandonadas por seus titulares por não terem encontrado uma aplicação prática viável, ou por te-

Inovação e invenção são conceitos que se interpenetram, mas não se confundem. A invenção se situa no plano das ideias enquanto a inovação só acontece no plano do real.

Dada sua importância para o desenvolvimento e competitividade a nível internacional, países vem estabelecendo políticas de incentivo à inovação e empresas, há muito tempo, já adotam estratégias de competição baseadas na aceleração de seus processos internos de inovação.

Estabelecer políticas e estratégias de sucesso para fomentar a inovação leva ao problema de identificar as variáveis importantes a incentivar e escolher indicadores com que avaliar o avanço do processo. É aí nesta seleção de indicadores que a confusão inovação- invenção ganha terreno fértil para se instalar: alguns dos indicadores mais usados para avaliar o

rem sido ultrapassadas tecnologicamente.

Além disso, há um grande número de invenções que não atendem aos critérios legais de patenteabilidade, especialmente o de atividade inventiva e, portanto, não recebem patentes, muito embora venham a se tornar inovações. Ainda mais, há um grande número de setores industriais para os quais patentes não são a forma mais importante de proteger suas inovações e não se preocupam em trilhar o trabalho e caro caminho do patenteamento. Se não bastassem esses fatores para reduzir a representatividade da contagem de patentes como indicador da inovação, é

preciso aduzir que há sensíveis diferenças no modo pelo qual os países concedem patentes e que empresas utilizam estratégias de patentear diferentes aspectos de uma mesma invenção contribuindo para reduzir o significado do número de patentes como indicador de inovação.

Apenas alguns poucos setores da economia têm na proteção por patentes o meio mais eficaz para proteger suas inovações e seus mercados. São, em geral, setores tecnologicamente sofisticados, mas de baixas barreiras à entrada de competidores e em que a cópia é fácil. Dependendo fundamentalmente de direitos de propriedade intelectual para proteger seus mercados, tais setores se empenham em difundir idéias do tipo “sem patentes não há inovação” e similares. Na verdade, apesar da farta literatura sobre o assunto, não há evidência teórica nem empírica que tenha estabelecido umnexo causal entre patentes e inovação, embora se possam estabelecer correlações plausíveis entre elas.

Há certamente vários índices que podem ser usados pelos países como indicadores de sua propensão a inovar e do estágio em que se encontram em relação a outros países. Um dos mais úteis é a relação entre as importações e exportações de produtos de alta tecnologia e média-alta tecnologia que utiliza a classificação de produtos por intensidade tecnológica desenvolvida pela Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Econômico – OCDE, e nessa fotografia o Brasil aparece mal.

Em produtos de maior intensidade tecnológica o Brasil vem importando o dobro do que exporta. Quando a economia desacelera a relação cai um pouco, mas com a retomada do crescimento o índice volta rapidamente a subir numa sinalização clara de nossa extrema vulnerabilidade na produção de bens de maior conteúdo tecnológico, como produtos das indústrias químicas, farmacêutica, máquinas e equipamentos e eletro-eletrônica, em especial.

A inovação é muitas vezes associada

aos esforços de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, não sem certa dose de razão, pois pesquisa é geradora de novas ideias e o desenvolvimento tecnológico se dedica a transformar tais ideias em produtos e serviços, isto é, em inovações. Assim, os dispêndios em P&D dos países e das empresas são frequentemente usados como indicadores da propensão a inovar.

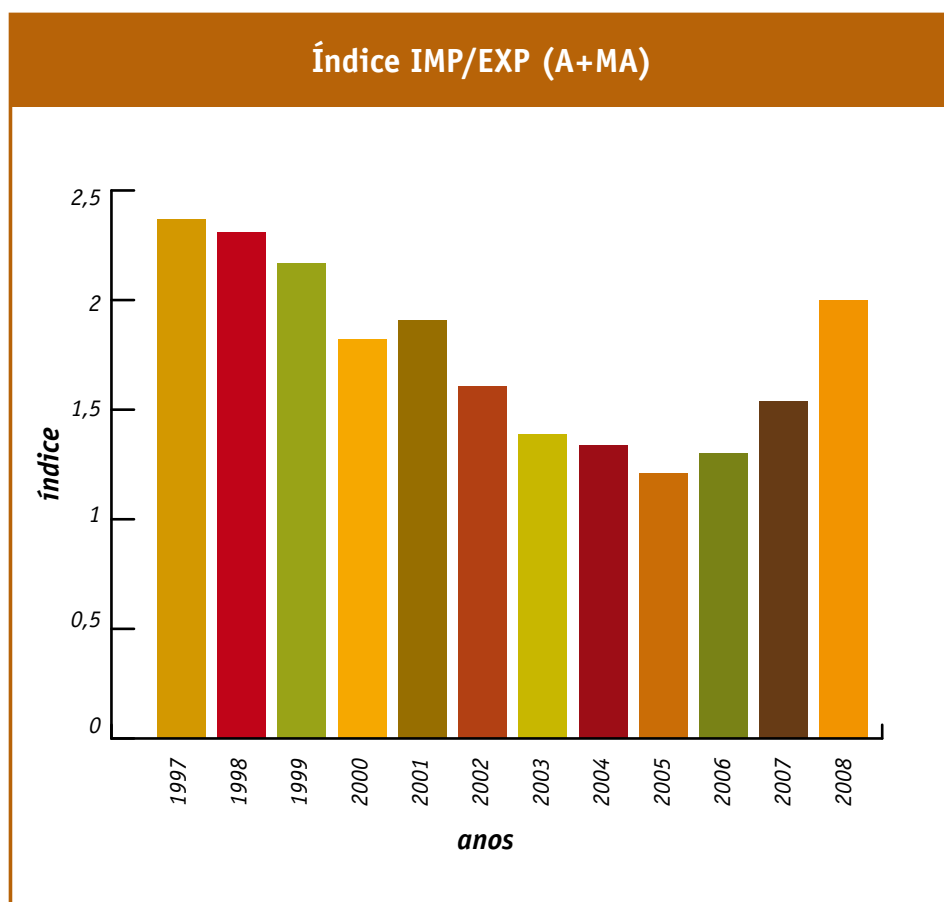
A relação entre os dispêndios globais em C&T em relação ao PIB é outro indicador usual do esforço inovador e por este critério o País também não se destaca, estamos investindo apenas cerca de 1,3% do PIB quando outros países de nível de desenvolvimento semelhante ao nosso já estão investindo mais que o dobro disto.

A inovação é um processo complexo que ainda aguarda o estabelecimento de um sistema satisfatório de aferição que, quando alcançado, certamente envolverá diversos indicadores e não apenas um.

As empresas que se preocupam com inovação já têm um elenco de indicadores para aferir seu desempenho, os mais usuais sendo:

- » Número de novos produtos lançados pela empresa;
- » Percentagem das vendas derivadas de produtos lançados nos últimos 5 anos;
- » Número de empregados dedicados a P&D;
- » Gastos de P&D como percentual de vendas;
- » Número de patentes depositadas, rejeitadas e concedidas.

O fundamental neste momento, seja nas indústrias seja no plano mais geral do País, é evitar que confusões conceituais e interesses localizados distorçam as iniciativas para alavancar o esforço inovador de que tanto precisamos.



Quem está na Química Fina

No presente número da Facto continuamos a apresentar as empresas associadas da ABIFINA que atuam no complexo industrial da química fina. Em sequência mostramos o que fazem no país uma empresa que explora minérios, uma que opera planta de agroquímicos e dois laboratórios farmacêuticos, sendo um privado e outro oficial.

ITATEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINERAIS LTDA.



Referência em qualidade técnica, a Itatex desenvolve tecnologias específicas para agregação de valor aos minerais industriais, todas baseadas em processos de engenharia nacional. A empresa desenvolve produtos para atender aos seus três principais segmentos de mercado – elastômeros, termoplásticos e tintas. Hoje, oferece mais de 160 opções diferenciadas, cada uma com funções específicas e, ao longo dos últimos dez anos, tem adquirido um know how próprio de muito valor. Com a fábrica instalada em Campinas (SP), a empresa também possui representantes no Uruguai, Argentina e Colômbia.

Em 2007, superou R\$ 1 milhão investido na área de pesquisa e construiu três laboratórios, todos devidamente equipados para atender as necessidades de seus clientes e desenvolver novos produtos e aplicações.

A Itatex é a única empresa da América Latina a dominar tecnologias de calcinação

e tratamento superficial de especialidades minerais com organosilanos e outras substâncias quimicamente ativas que agregam novas funcionalidades.

Durante a Brasilplast 2009, a Itatex inovou mais uma vez e lançou a família Itagel. A empresa é a primeira no Brasil a dominar a tecnologia de fabricação das organo-argilas, conhecidas também como bentonitas organofílicas, que são voltadas às poliolefinas (PE e PP, entre outros), para a fabricação de nanocompósitos poliméricos. A família Itagel está disponível nas versões: Itagel 2007, Itagel 2008 e Itagel 2009. Ela é composta de produtos com uma nova concepção: as montmorilonitas intercaladas com diferentes sais de amônio quaternário.

É a inserção do sal de amônio quaternário que possibilita a formação de nanopartículas in situ, durante o processamento de polímeros. As nanopartículas são as responsáveis pela melhora das propriedades mecânicas dos termoplásticos, oferecendo resistência ao amolecimento (aumenta o HDT), reduzindo a permeabi-

lidade aos gases (oxigênio, vapor d'água e dióxido de carbono) e atuando como auxiliar de chama.

O consumo de organo-argilas pelo segmento de plásticos no mercado global vem aumentando ao longo dos anos e sabe-se que existe um grande interesse por parte do polo petroquímico nas organo-argilas. Embora o Brasil, na última década, tenha realizado muita pesquisa acadêmica a esse respeito, não existia, até então, uma empresa nacional que dominasse esta tecnologia. E a Itatex preencheu essa lacuna tecnológica.

Outra tecnologia pioneira desenvolvida pela empresa há quase duas décadas consiste em revestir os microparticulados minerais (silicatos de alumínio calcinados, hidrosilicatos de alumínio e hidrosilicatos de magnésio) com diferentes tipos de organo-silanos. Estes produtos são conhecidos comercialmente como Itasil e melhoram as propriedades mecânicas (rigidez, resistência à flexão, resistência ao risco) e térmicas (HDT, por exemplo) de termoplásticos commodities (PE, PP) e de engenharia (PA, PC e ABS dentre outros).

NUFARM INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A.



A Nufarm é uma empresa do setor agrícola, presente em mais de cem países, com uma estrutura de quatorze fábricas e vinte escritórios. Começou a atuar no Brasil com a aquisição da Agripec Química e Farmacêutica S/A que operou durante 45 anos em Maracanaú (CE).

A empresa tem produtos top de linha, mundialmente conhecidos e utilizados, oferecendo ao agricultor um amplo portfólio para culturas de citros, cana de açúcar, café, milho, tomate, feijão, soja, algodão, batata e pastagens.

No Brasil, a Nufarm possui um parque fabril de 161mil m² localizado em Maracanaú (CE) e cinco centros de distribuição, localizados em Barueri (SP), Ibiaporã (PR), Cachoeirinha (RS), Cuiabá (MT) e Maracanaú (CE). Possui ainda um escritório comercial e de marketing em São Paulo (SP).

Trata-se da segunda empresa no ranking dos fabricantes de produtos fitos-

sanitários genéricos e a oitava no ranking mundial dos fabricantes de produtos fitos-sanitários. Com suas fábricas e escritórios de vendas está presente nos principais continentes, onde emprega mais de 3.000 pessoas, sendo reconhecida pela qualidade dos seus produtos, serviços técnicos e de marketing.

Em conformidade com sua política de saúde, segurança e meio ambiente, a Nufarm investe de forma contínua na gestão ambiental, capacitando seus funcionários na política ambiental e investindo em estratégias para reduzir a geração de resíduos, assim como a correta destinação dos mesmos.

A qualidade dos produtos da empresa começa com uma criteriosa análise e seleção dos fornecedores de matérias-primas e serviços, garantindo que todos os processos produtivos atendam aos padrões de operação e especificações, enquanto os laboratórios de desenvolvimento de formulações e controle da qualidade contam com um grupo técnico altamente capacitado.

O objetivo da empresa é manter seus negócios sem causar efeitos prejudiciais aos seus empregados, à comunidade e ao meio ambiente, assim como lutar pelo desenvolvimento sustentável e por melhorias contínuas.

Também faz parte do dia-a-dia da empresa a responsabilidade social. Além de investir permanentemente na segurança e em treinamento de seus funcionários, a Nufarm também apoia projetos da comunidade de Maracanaú nas áreas de educação, saúde e meio ambiente.

A empresa oferece um ambiente de trabalho onde inovação, criatividade e velocidade são valorizadas. Seus profissionais são estimulados ao aprendizado constante e ao trabalho em equipe, atuando de forma ética com respeito às diversidades culturais e locais.

Reconhecida por estar sempre voltada às necessidades de seus parceiros e clientes, a Nufarm oferece pacotes de soluções inteligentes, inovadoras e de resultado comprovadamente eficaz.



INSTITUTO VITAL BRAZIL S.A.



O IVB foi criado em julho de 1919, pelo médico Vital Brazil Mineiro da Campanha. Ocupa uma área de 100 mil m² no bairro de Vital Brazil, na cidade de Niterói, RJ. É uma sociedade por ações, de economia mista e um órgão da administração indireta do Estado do Rio de Janeiro, vinculado à Secretaria de Estado de Saúde e de Defesa Civil.

O IVB é um dos laboratórios oficiais existentes no Brasil, atendendo a todo o setor público, com a produção de medicamentos, produtos biológicos, quimioterápicos e imunobiológicos de uso humano. Realiza estudos e pesquisas no campo farmacêutico, biológico e social e serviços que vão dos diagnósticos laboratoriais e epidemiológicos a programas de controle de doenças que ameaçam a saúde pública do Estado do Rio de Janeiro.

Fundado em julho de 1919, o IVB chamava-se Instituto de Higiene, Soroterapia e Veterinária. Transformou-se, posteriormente, em uma importante empresa privada de

pesquisa e produção, fabricando produtos veterinários, biológicos (soros e vacinas) e farmacêuticos. A atual sede do IVB foi inaugurada em 11 de setembro de 1943, pelo Presidente da República, Getúlio Vargas.

A construção da nova sede coincidiu com o momento em que o IVB se encontrava em uma próspera fase econômica. No final da década de 30 seus produtos atendiam não apenas o mercado estadual, mas também o nacional e o internacional. O Presidente Getúlio Vargas favorecia investimentos em indústrias nacionais dirigidas por empresários brasileiros e, com financiamento do Banco do Brasil, foi construída a atual sede do IVB, com terreno doado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, em troca do oferecimento à população de serviços de saúde pública.

A ampliação das instalações coincidiu com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, quando houve expansão da indústria farmacêutica multinacional sobre os países do terceiro mundo. O rápido desenvolvimento tecnológico e os preços aplicados pelas empresas multinacionais dificultavam a sobrevivência das indústrias farmacêuticas nacionais.

Após a morte de Vital Brazil, em 8 de maio de 1950, teve início uma grave crise financeira devido às dívidas feitas para a construção da nova sede do IVB e aos constantes atrasos no pagamento das empresas estatais, principais clientes do instituto. Os herdeiros do cientista viram-se obrigados a lotear parte do terreno do instituto, dando origem ao bairro Vital Brazil. Em 1957, a empresa foi vendida para o Governo do Estado do Rio de Janeiro, com o compromisso de que o IVB mantivesse por toda a sua existência o modelo idealizado por seu fundador: ser uma instituição de pesquisa e produção de soros, vacinas e remédios.

Há, portanto, noventa anos o IVB é reconhecido como um importante centro de pesquisas, ensino, desenvolvimento e produção de imunobiológicos, medicamentos, insumos e tecnologia para saúde. É um dos dezoito laboratórios oficiais brasileiros e um dos três fornecedores de soros hiperimunes para o Ministério da Saúde, que os distribui por todo o Brasil. Atende ao setor público, com produção de medicamentos e imunobiológicos de uso humano.

Na condição de tradicional produtor de soros hiperimunes, o IVB faz parte do Programa Nacional de Imunização (PNI). No PNI são produzidos antídotos contra tétano, raiva e antipeçonhentos, usados no tratamento de acidentes com cobras, aranhas e escorpiões. O IVB é o único a produzir, com demanda nacional, soro contra picadas da aranha viúva negra, cujo veneno, muito tóxico, pode levar à morte.

Os soros produzidos nos laboratórios oficiais não podem ser adquiridos pelos pacientes em farmácias nem no próprio IVB e não são vendidos a particulares. São aplicados nos Polos de Atendimento - rede de hospitais estrategicamente localizados, para atendimento gratuito aos acidentados.

O IVB está apto a atender à demanda do Ministério da Saúde, do Governo do Estado do Rio de Janeiro e das Secretarias de Saúde Municipais. Uma parte dos medicamentos que compõem o portfólio do IVB é destinada à assistência básica, com a produção ligada



à Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro (Sesdec). A outra é objeto da Portaria 978 do Ministério da Saúde, que prevê produção de medicamentos de alta complexidade a finalidade de colaborar com o desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde. O IVB tem parceria com instituições públicas e privadas para a fabricação desses medicamentos, modelo inédito no mercado farmacêutico nacional.

Para ampliar suas linhas de atuação e como parte do plano de reestruturação - que também passa pela modernização do parque industrial e instalação de novos laboratórios,

o IVB firmou parceria com os laboratórios públicos Farmanguinhos/Fiocruz e Funed e com o laboratório privado Laborvida para a produção de medicamentos sólidos.

O modelo de parceria adotado pelo IVB privilegia a indústria nacional de matéria-prima, diminuindo a dependência externa; agiliza processos burocráticos, típicos do setor público, e maximiza o uso dos parques industriais fluminenses, além de possibilitar novos registros de medicamentos para o instituto.

Inaugurado em julho de 2008, o Laboratório de Pesquisa de Marcadores Biológicos

do IVB (BioMarc) é resultado de parceria com o BTI Teuto Europe da Espanha, Biomanguinhos (Fiocruz) e Instituto de Bioquímica da UFRJ. O espaço pretende obter resultados significativos no desenvolvimento de novos métodos de diagnóstico, através de marcadores biológicos, que podem trazer benefícios aos estudos epidemiológicos populacionais no país. O espaço tem, também, como finalidade ampliar o uso do papel de filtro em grávidas (o famoso teste do pesinho), na detecção de doenças como Aids, sífilis, hepatite B, toxoplasmose, além de apontar grupo sanguíneo, fator RH, nível de glicose e hemoglobina.

ABL - ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA.



A empresa iniciou suas atividades em janeiro de 2003, quando adquiriu da Eli Lilly do Brasil uma moderna fábrica de antibióticos construída para produzir medicamentos que atendessem aos padrões nacionais e internacionais farmacêuticos. Nestes seis anos, a ABL recebeu honrosamente as validações de importantes órgãos internacionais que lhe permitiu exportar para 27 países, inclusive para o FDA (Food and Drug Administration) dos EUA.

As operações no Brasil foram iniciadas a partir de uma fusão entre sócios brasileiros, americanos e a italiana ACS Dobfar, uma das maiores fabricantes de matérias-primas do mundo, com mais de trinta anos de mercado, faturamento de U\$ 600 milhões e cerca de 1200 colaboradores.

Com sua fábrica localizada em Cosmópolis (SP) e foco na produção e comercialização de antibióticos injetáveis e orais para o mercado local e de exportação, a ABL possui uma das maiores e mais modernas fábricas da América Latina. Com um faturamento aproximado de U\$ 100 milhões e investimentos superiores a U\$

60 milhões, é uma das principais empresas do Brasil no segmento hospitalar, com know-how para exportar antibióticos para mercados altamente exigentes como Estados Unidos, Canadá, Europa, América Latina e Japão.

Sua linha de produtos contempla medicamentos de referência como o Keflin, Kefazol, Vancocina CP, Dobutrex, Keforal, Tobramina, Doloxene-A, Oncovin e Velban, entre outros.

A ABL é certificada pelas maiores agências reguladoras de medicamentos,

sendo a única indústria farmacêutica da América Latina com aprovação do FDA para sua linha de produtos antibióticos cefalosporânicos injetáveis e farmoquímicos.

Os planos da atividade farmoquímica têm como objetivo desenvolver moléculas diferenciadas para atender outros segmentos do mercado farmacêutico que não tenham muitas opções de fornecimento e que atendam aos objetivos do Ministério da Saúde do Governo Federal e das Secretarias Estaduais.



ABIFINA comenta a notícia

Europa aperta o cerco sobre farmacêuticas

Intellectual Property Watch,
08/07/2009



Anticompetição

Acaba de ser divulgado o relatório final da Comissão Européia sobre práticas anticompetitivas utilizadas pelas indústrias ditas inovadoras na área farmacêutica, com a finalidade de estender o prazo de proteção patentária sobre seus produtos e retardar a entrada de produtos genéricos no mercado. O estudo comprovou a existência de ações destinadas a bloquear ou retardar a entrada no mercado de produtos genéricos, tais como o estabelecimento de litígios judiciais injustificáveis e meramente procrastinadores visando atrasar o lançamento de produtos concorrentes e outras práticas abusivas. A Comissária responsável, Neelie Kroes, afirmou que “nós não hesitaremos em aplicar regras antitruste quando tais atrasos forem o resultado de práticas anticompetitivas”. No Brasil, a ABIFINA vem denunciando sistematicamente essas práticas. Mas dificilmente tais denúncias chegam a abalar a opinião pública, pois acabam sendo neutralizadas pelas milionárias campanhas publicitárias das corporações farmacêuticas multinacionais e de suas entidades representativas.

Novo perfil de exportações fragiliza País

Folha de SP,
12/07/2009



Nada de novo no front

A previsão da primeira inversão na pauta brasileira de exportações desde 1978, com predomínio dos produtos primários sobre os manufaturados, foi lamentada publicamente pela AEB. “A pauta de exportações está péssima” – afirmou o vice-presidente da entidade José Augusto de Castro. “É um problema crítico porque, ao exportar mais básicos, não temos o menor controle sobre preços e quanti-

dades exportadas”.

Na realidade o perfil exportador do Brasil não mudou: sempre fomos, e continuamos a ser, exportadores de produtos básicos, isto é, mercadorias com baixo valor agregado. As políticas públicas formuladas com o objetivo de elevar a participação dos produtos industrializados e dessa forma agregar mais valor à produção exportável ainda não passam de um conjunto de boas ideias e propósitos que não resultaram, na prática, numa expressiva mudança desse perfil. Nos anos 70 e 80 do século passado vínhamos avançando no processo de industrialização, com reflexos positivos na pauta de exportações. Porém, a desastrosa abertura comercial realizada ao longo dos anos 90 provocou um enorme retrocesso. A partir da eleição do Presidente Lula, e especialmente ao longo do seu segundo mandato, houve uma efetiva retomada do projeto desenvolvimentista baseado na indústria. Essa retomada tem sido mais lenta do que gostaríamos, mas certamente é clara e, esperamos, venha a ser efetivada como proposto.

G-8 vê economia ainda em perigo e pede tolerância a pacotes de ajuda

Estadão,
09/07/2009



Magistratura atuante

Chamando de “medidas de estímulo macroeconômico” o novo surto de protecionismo dos países desenvolvidos, e exortando o terceiro mundo a aceitá-lo como um caminho indispensável para superar a crise, o G-8 demonstrou no recente Encontro de Áquila sua inépcia para liderar qualquer projeto viável objetivando a estabilização da economia global. Lentamente, vai perdendo parte do seu antigo prestígio para o G-20 e mesmo para o G-5, grupo das cinco economias emergentes convidadas para a cúpula, composto pelo Brasil, China, Índia, México e África do Sul.

O G-8 sozinho não reúne um mínimo de condições para desenvolver qualquer programa digno de credibilidade e que possa obter a adesão do novo conjunto de nações expressivas no comércio internacional. Isto porque reúne os países que, ao longo de duas décadas,

propagandearam e impingiram ao mundo o suicida modelo neoliberal que resultou na quebra de instituições financeiras que vimos agora. Os países emergentes, detentores de um respeitável mercado interno, recursos humanos e naturais, hoje constituem os porta-vozes mais influentes e legítimos das aspirações da comunidade internacional. O Presidente Lula tem razão quando advoga uma liderança para o G-20, em vez desse ultrapassado G-8.

Pedido de patente do antirretroviral Tenofovir é indeferido

*Portal Fator Brasil,
08/07/2009*



Em defesa da saúde

A decisão do INPI de negar o recurso movido pela empresa canadense Gilead e ratificar o indeferimento da patente do antirretroviral Tenofovir representa uma demonstração de soberania da autoridade patentária brasileira, identificada com os interesses nacionais e em observância estrita aos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário na área da propriedade intelectual. Os reflexos econômicos e sociais dessa decisão serão imensos, como se pôde observar no decorrer do processo de análise da patente, quando o Instituto Farmanguinhos provou que o País tem condições de produzir o medicamento. A mera prestação de informações desse laboratório público fez cair à metade o preço que vinha sendo cobrado pela empresa canadense em seus fornecimentos ao Ministério da Saúde. Agora que toda a indústria nacional de genéricos pode passar a produzir o Tenofovir, desde que se qualifique para isto junto à autoridade sanitária, a previsão é que o preço caia ainda mais, gerando uma economia de R\$ 20 milhões anuais para o programa de DST-Aids.

OMC alerta sobre novas barreiras comerciais

*Valor Econômico,
07/07/2009*



Duas caras

A OMC faz agora um alarde contra a criação de novas barreiras protecionistas no comércio internacional, mas, sintomaticamente, silencia quanto à redução ou extinção das barreiras já existentes, sobretudo no que diz respeito aos subsídios fartamente concedidos pelos países desenvolvidos a seus produtores agrícolas para privilegiá-los na concorrência com os países do terceiro mundo. Nos Estados Unidos e na Europa, os governos são pródigos na concessão de subsídios a uma agricultura ineficiente e são intransigentes na manutenção de entraves à importação de produtos como o etanol de cana brasileiro, que é certamente o biocombustível mais econômico hoje disponível e o menos agressivo ao meio ambiente. Quando a retórica for substituída pela transparência e espírito de parceria no comércio multilateral, certamente todos os países irão se beneficiar.

Esse Mercosul não interessa ao Brasil

*Estadão,
05/07/2009*



Pior sem ele

Nesse artigo de Alberto Tamer há muitos palpites e pouca análise séria. Dizer que o Mercosul somente veio para atrapalhar é desconhecer a realidade das relações intrablocos. Temos problemas, sim, e enormes, mas não maiores que aqueles enfrentados em outros fóruns multilaterais. O Brasil tem uma longa história de parceria com os povos vizinhos que não pode negligenciar. Há muita sinergia e interesse em aprofundar parcerias, o que nos obriga a ter paciência e compreensão com os países mais sofridos que nos cercam. A política de boa vizinhança em áreas subdesenvolvidas é correta e deve ser mantida, pois atende aos mais profundos sentimentos de nossa nacionalidade.

A proposta de Tamer de que o Brasil se afaste comercialmente da Argentina e invista nos acordos bilaterais – em suas palavras, que os argentinos dancem “um tango chorado e nós um sambinha gostoso com os Estados Unidos, a UE e a China, e com quem mais quisermos” – longe de significar um passo adiante só nos conduziria ao atoleiro, pois, considerado o atual jogo de forças no comércio internacional, esse “sambinha” seria muito mais gostoso para os outros do que para nós.

Prêmio é entregue a Aché e ao Laboratório Cristália

O II Prêmio de Excelência em Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho, que tem por objetivo reconhecer as empresas farmacêuticas associadas ao Sindicato da Indústria Farmacêutica no Estado de São Paulo (Sindusfarma) que se destacaram no cumprimento da legislação em Saúde e Segurança do Trabalho, foi entregue a Aché e Cristália entre outras. Julgadas pelos resultados obtidos pelos seus planos de gestão para a preservação da saúde ocupacional e para a redução de acidentes durante o ano de 2008, a Aché e Cristália, obtiveram excelentes pontuações nas cinco categorias do Prêmio. Além disso, o Laboratório Cristália recebeu Menções Honrosas, por ter demonstrado um crescimento excepcional nos seus esforços e investimentos na área e por ter obtido pontuação muito próxima da exigida pelo regulamento.

Cristália recebe prêmio de inovação

O Laboratório Cristália teve reconhecimento de excelência em inovação, no dia sete de julho, no prêmio "As Empresas Mais Inovadoras do Brasil". Segundo o presidente do conselho e diretor da empresa farmacêutica, Ogari Pacheco, "Um prêmio como esse infla de orgulho todos os funcionários e retroalimenta o ambiente criativo na empresa, onde surgem mais chances de a empresa inovar". Ogari Pacheco afirma que teve esse reconhecimento através do conceito de inovação aberta adotado pela empresa. Em 2004, criou um conselho científico que conta com a contribuição de especialistas externos de diferentes áreas, assim a participação de especialistas externos também permite que o laboratório esteja em permanente contato com inovações em várias partes do país.

Cristália participa de Feira em Portugal

O laboratório farmacêutico Cristália foi uma das quatro empresas convidadas para participar no stand da FINEP montado na 4ª Jornada de Inovação, promovida pela ADI - Agência da Inovação portuguesa, que aconteceu em junho, no Parque das Nações, em Lisboa. Na ocasião, o Laboratório Cristália apresentou o Helleva® (Carbonato de Lodenafil), primeiro medicamento para disfunção erétil totalmente desenvolvido no Brasil.

Portal da EMS já passa de 30 mil acessos

O novo portal da Divisão EMS Genéricos - www.nafarmacia.com.br - alcançou a marca de 30 mil acessos desde o seu lançamento, em fevereiro de 2009. A boa receptividade ao espaço também pode ser comprovada pelos 22.500 visitantes da página que, após a primeira visita, voltaram a navegar pelo endereço eletrônico e ficaram, em média, sete minutos on-line. A iniciativa da maior multinacional brasileira do setor já conta com 4.108 farmacêuticos cadastrados. Direcionado especialmente aos profissionais de farmácia, o site é um diferenciado canal de relacionamento da EMS com esse público estratégico e oferece acesso a tendências da área e notícias do segmento, além de cursos da Fundação Getúlio Vargas sobre Gestão, Atendimento ao Cliente e Negociação, com certificado de participação emitido pela própria FGV. O "Na Farmácia" traz ainda palestras virtuais, material didático, videoteca e dicas de marketing, informática, saúde e administração.

EMS investe na educação

A EMS colabora constantemente para a melhoria das condições educacionais e culturais do País. Prova disso é a renovação da parceria em Pernambuco entre a maior multinacional brasileira do setor farmacêutico e o Institu-

to Qualidade no Ensino (IQE). O resultado da iniciativa é o programa Qualiescola. O objetivo do programa é capacitar 650 professores nas disciplinas de português e matemática, contribuindo para a melhoria do desempenho escolar de 13 mil alunos. O acordo entre EMS e IQE prossegue até 2011. “Nesse período, a EMS fará um investimento aproximado de R\$ 550 mil. O projeto reflete o posicionamento do laboratório de contribuir para uma escola cada vez melhor, valorizando a formação, a informação e o conhecimento em sala de aula”, declara a diretora de Relações Externas da EMS, Telma Salles. Entre 2006 e 2008, a empresa investiu aproximadamente R\$ 600 mil para implantar o Qualiescola em escolas de Recife e de Bezerros (PE). O programa foi bem-sucedido: resultou em 4,2 mil estudantes atendidos e 140 educadores capacitados em matemática e língua portuguesa.

Bio-Manguinhos cria novo teste de sangue

O Rio de Janeiro será o primeiro Estado a implantar o estudo multicêntrico (que é um ensaio no qual são utilizados protocolos de investigação idênticos em vários locais) do teste NAT (Nucleic Acid Test), desenvolvido pelo Governo Federal, em parceria com Bio-Manguinhos, para o diagnóstico ainda mais precoce de doenças transmissíveis pelo sangue. Os exames atuais realizados em hemocentros conseguem detectar o vírus da Aids em um período de 22 dias. Com o NAT, esse período cai para dez dias. Já o vírus da hepatite C, que pode levar até setenta dias para ser descoberto nos testes atuais, será detectado em até vinte dias. O projeto foi desenvolvido pelo Instituto de Tecnologia em Imunológicos da FIOCRUZ - Bio-Manguinhos, em parceria com a UFRJ, a Coordenação de Sangue do Ministério da Saúde e a Hemobrás.

Bio-Manguinhos produz vacina através de ovos de galinha

Pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) querem utilizar culturas de células animais para produzir vacinas contra qualquer tipo de gripe. A nova técnica, que prescinde dos ovos da galinha, aceleraria a produção da vacina durante uma pandemia, por exemplo. Como os primeiros testes clínicos com a nova vacina brasileira podem levar, no mínimo, dois ou três anos para começar, o laboratório Bio-Manguinhos, pretende estabelecer a tecnologia para iniciar a produção. Segundo o gerente do Programa de Desenvolvimento de Vacinas Virais de Bio-Manguinhos, Marcos Freire, “se houvesse uma nova pandemia, poderíamos produzir rápido uma vacina.” Se o protocolo estiver bem descrito, o pesquisador aposta que seria possível adaptar, em regime de urgência, fábricas usadas para a produção de outros biofármacos.

Projeto da Biolab beneficia milhares de crianças

A Biolab, apenas em 2008, já beneficiou aproximadamente 25 mil pessoas, por meio do Projeto Bio-Vida, dedicado a auxiliar crianças e adolescentes vítimas de câncer. A empresa já destinou, ao longo de dez anos da existência do Projeto, mais de R\$ 3,3 milhões, arrecadados com as vendas mensais dos produtos de sua Linha Pediátrica. Segundo Ricardo Marques, gerente do projeto, o compromisso da empresa com a sociedade vai muito além da produção de medicamentos de qualidade. “Acreditamos que os valores humanos são as bases de uma empresa que pratica responsabilidade social. Com este princípio beneficiamos milhares de pessoas com ações na área de saúde, meio ambiente, cultura, comunidade e educação”, afirma. A Biolab é reconhecida também como Empresa Amiga da Criança, pela Fundação ABRINQ. Está engajada em diversos projetos de responsabilidade social voltados para a infância brasileira, reunindo temas como: trabalho infantil, educação, saúde, direitos civis e investimentos sociais.

Ouro Fino inaugura unidade de defensivos agrícolas

A Ouro Fino irá inaugurar nos próximos meses uma unidade de defensivos agrícolas - herbicidas, fungicidas, inseticidas e acaricidas - para as principais culturas brasileiras, como soja, milho, cana-de-açúcar, café e citros, com previsão de gerar 332 empregos diretos. Para o secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo, João Franco, esse investimento é muito importante para o crescimento da cidade de Uberaba - Minas Gerais.

Fontes alternativas são usadas pela Corn Products

O descarte de tubetes de plásticos usados para produção de mudas em reflorestamento causa impacto ao meio ambiente. Por isso a Corn Products Brasil, em parceria com a UFSCar e a BASF, desenvolveram um composto que combina um plástico biodegradável (EcobrasTM) com fibras vegetais, como casca de mandioca em pó ou fibras de coco. Dessa fusão foi criado um plástico rígido o suficiente para produção de peças moldadas que não agridem a natureza, já que sua decomposição gera água, CO2 e biomassa. A decomposição desse composto ocorre ao entrar em contato com o solo, sob ação de microorganismos naturais, contribuindo assim para o meio ambiente.

Farmanguinhos produzirá Tamiflu

O Brasil irá começar a produzir Tamiflu através do laboratório Farmanguinhos, que produzirá estoque de medicação contra o vírus H1N1 para tratamento de 150 mil pessoas, que somará com os 9 milhões que já estão no seu estoque.



Curso de Biotecnologia na ABIFINA

Nos dias 04 e 05 de junho, pela manhã, foi realizado na ABIFINA o curso “Estratégias Tecnológicas e Patentes em Biotecnologia”, exclusivamente para os especialistas da área técnica de suas associadas.

No primeiro dia do curso, John Fred Katz que é perito e consultor do tema ministrou a palestra que teve por objetivo discutir estratégias tecnológicas empresariais importantes para o depósito e o gerenciamento de patentes nessa área do conhecimento. No dia 5, na parte da tarde, a ABIFINA recebeu a chefe de Divisão de Biotecnologia do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), Margareth Maia, que complementou as informações sobre o patenteamento em matéria de biotecnologia apresentando as atuais diretrizes de exame do Instituto, de acordo com a lei brasileira de patentes.

Reunião Ibama

A ABIFINA, representada pela sua gerente técnica, Diva Arrepia, participou no dia 1º de julho de um encontro no Ibama, juntamente com representantes da Aenda e Andef, realizado na própria sede do Ibama em Brasília. A reunião aconteceu com o Coordenador Geral da CGASQ/Ibama, Reinaldo Vasconcelos, que se fez acompanhar da técnica Kênia Godoy. O objetivo do encontro foi discutir a Norma de Execução Nº1, de 2007 – legislação específica daquele órgão.

Audiência no Senado

A ABIFINA, por meio de seu vice-presidente, Luiz Guedes, participou no dia 16 de julho de uma reunião com o senador Gilberto Goellner, em Brasília. O assunto tratado foi o andamento do Projeto de Lei Nº 337/2008 – que versa sobre a inclusão de códigos de barras nas embalagens de produtos agroquímicos. Na ocasião ficou acordado que o setor irá apresentar uma proposta de aperfeiçoamento do PLS logo após o recesso do Senado, no início de agosto. Na reunião estiveram presentes, além da ABIFINA, representantes do Sindag, Andef e Inpev.

Complexo industrial da saúde e fitoterápicos

Nos dias 05 e 06 de agosto, em Brasília, ocorreu o seminário “Complexo Industrial da Saúde e Fitoterápicos”, que contou com a participação da Diretora de Estudos da Biodiversidade da ABIFINA, Poliana Botelho Silva, na qualidade de expositora. O evento conseguiu reunir diversos atores envolvidos na cadeia de plantas medicinais e fitoterápicos, como ICTs, os Ministérios da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento Agrário e da Saúde, entidades de classe públicas e privadas. Na opinião da representante da ABIFINA, o encontro foi bastante promissor e o próximo passo será uma maior e mais frequente articulação de todos os envolvidos nesse programa com o objetivo de ganhar mais espaço, força e eficiência.



AGE

A ABIFINA, no dia 25 de junho, realizou, na sua sede, a Assembléia Geral Extraordinária da entidade, que contou com a presença expressiva de empresas associadas representadas. A reunião foi conduzida pelo 1º vice-presidente da ABIFINA, Nelson Brasil.

ABIFINA presente em eventos da Emarf



Realizaram-se, no dias 16 e 18 de junho, na Escola de Magistratura Regional Federal (Emarf), a análise da interface entre a política de concorrência e a propriedade intelectual e a palestra intitulada “A Propriedade Intelectual interpretada pelas Cortes Constitucionais da Alemanha e dos Estados Unidos”, respectivamente. O primeiro evento, que teve a presença da ABIFINA através de seu vice-presidente Marcos Oliveira, teve por objetivo debater o projeto criado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual. O renomado especialista em PI, Nuno Pires de Carvalho, foi designado gerente desse projeto e nessa condição proferiu interessante palestra sobre



o assunto. O segundo evento, que também aconteceu na Emarf, teve a presença de Diva Arrepia, Gerente Técnica da ABIFINA. Na ocasião coube ao advogado Denis Borges Barbosa apresentar e comentar decisões da corte norte-americana e ao professor Newton Silveira aquelas da corte alemã. Denis Barbosa apresentou alguns dos principais julgados de decisões de matéria constitucional de Propriedade Intelectual de cortes de diferentes países, com destaque a dos Estados Unidos. Formaram a mesa, como debatedores, o desembargador federal André Fontes e o advogado Otto Licks. O painel teve por moderadora a juíza federal Adriana Rizzotto.

GHS A gerente técnica da ABIFINA, Diva Arrepia, participou no dia 19 de junho da primeira Reunião Extraordinária de 2009 do Grupo Interministerial GT-GHS-Brasil, cujo objetivo principal foi o de retomar o diálogo com o setor privado a respeito da implantação do GHS no Brasil.

O Sistema Harmonizado Globalmente para a Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos trata de uma abordagem lógica e abrangente para: definição dos perigos dos produtos químicos, criação de processos de classificação que usem os dados disponíveis sobre os produtos químicos que são comparados a critérios de perigo já definidos e a comunicação da informação de perigo em rótulos e FISPQ (Fichas de Informação de Segurança para Produtos Químicos).

Muitos países, órgãos e agências reguladoras já têm sistemas implantados para cumprir todos ou alguns dos objetivos estabelecidos pelo GHS. Esses sistemas, no entanto, nem sempre são compatíveis, o que obriga as empresas a manter vários esquemas para atender as exigências de diferentes agências reguladoras dos EUA (CPSC, DOT, EPA, OSHA, etc.) e dos países para os quais exportam.

Amicus curiae

Mais uma vez a atuação da ABIFINA perante o Poder Judiciário vem surtindo efeito. No dia 09 de julho foi publicada decisão que aprovou mais um amicus curiae da ABIFINA, sendo este o terceiro do mês de julho. Desta vez o feito se refere ao processo do produto Gatifloxacina, insumo ativo do medicamento de referência Tequim®, indicado para o tratamento de infecções causadas por bactérias sensíveis, comercializado no Brasil pela Bristol Myers Squibb, onde o detentor da patente, o laboratório Kyorin Pharmaceutical, busca na justiça a prorrogação do prazo de vigência da patente.

Destaca-se parte da decisão que admitiu a ABIFINA como amicus curiae no seguinte trecho: “(...) A matéria relativa à concessão e prorrogação de patentes, seja pela aplicação do tratado Trips, seja pela aplicação do instituto pipeline, envolve questões de interesse social e circunstâncias não só determinantes na análise da temática; a atuação do amicus curiae em casos tais confere maior peso à decisão da Corte”. Com esta última admissão, a ABIFINA passa a computar um total de dezenove admissibilidades de 23 processos ajuizados, o que dá um percentual de quase 83% de aceitação. De forma majoritária o Poder Judiciário no Rio de Janeiro tem admitido as intervenções da ABIFINA.

ABIFINA no Fórum Patentes e Medicamentos Genéricos

O Instituto Brasileiro de Ação Responsável realizou no dia 18 de junho, no Auditório Senador Antônio Carlos Magalhães do Programa Interlegis em Brasília - DF, o "Fórum Patentes e Medicamentos Genéricos".

O objetivo do evento foi estimular a discussão sobre o direito à proteção da propriedade intelectual de produtos farmacêuticos e seu reflexo na indústria nacional e de genéricos, viabilizando a garantia do acesso universal a medicamentos inovadores.

Participaram do debate, a senadora Rosalba Ciarlini (presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado), Reinaldo Guimarães (secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde), Jorge de Paula Costa Ávila (presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial), Jorge Raimundo (presidente do Conselho Consultivo da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa) e Odnir Finotti (presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos).

O evento, que também contou com a presença da conselheira geral da ABIFINA, Telma Salles, promoveu debate sobre temas que envolvem o direito à proteção da propriedade intelectual de produtos farmacêuticos, seu reflexo na indústria nacional, o incremento de pesquisas locais, a promoção e garantia do acesso universal a medicamentos para população sem a perda da motivação da indústria para as pesquisas de medicamentos inovadores.

No debate, o secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Moisés Goldbaum, ressaltou os gastos do SUS com medicamentos - cerca de 7 bilhões por ano e a posição do ministério em defender a expansão dos medicamentos genéricos, já que a saúde pública precisa desse desenvolvimento produtivo. Odnir Finotti, presidente da Pró Genéricos ressaltou a importância da relação patentes e genéricos, destacando que a lei de patentes no Brasil funciona como um chamariz para a pesquisa.

ABIFINA no seminário de investimentos públicos

O Ministério das Relações Exteriores e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) promoveram na sede do BNDES no Rio de Janeiro, nos dias 13 e 14 de julho, o Seminário de Alto Nível sobre o Papel dos Investimentos Públicos na Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social.

Abrindo o seminário, o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, destacou que o instrumento mais eficiente, a longo prazo, para o desenvolvimento da política fiscal é o aumento do investimento público, principalmente em áreas estratégicas. As escolhas dos projetos devem priorizar aqueles de elevado benefício para a economia e a sociedade. Um dos participantes do seminário foi o ex-ministro João Paulo Reis Veloso que afirmou que os investimentos públicos e intangíveis como ciência e desenvolvimento tecnológico são fundamentais para o crescimento econômico, permitindo a criação de grandes complexos industriais em torno de setores estratégicos como petroquímica, mineração, química fina e agroindústria. O objetivo do evento foi voltar a atenção para a questão do investimento público, para que esse assunto tenha maior destaque nas empresas. A ABIFINA esteve presente através de André Landim, da Área Técnica da entidade.

ABIFINA no seminário nacional de agroquímicos

O Espírito Santo sediou, de 20 a 24 de julho, o 7º Encontro de Fiscalização e Seminário Nacional sobre Agrotóxicos. As atividades do Seminário foram iniciadas com a palestra ministrada pelo Coordenador Geral da Fiscalização de Agrotóxicos do Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), Luís Rangel, que apresentou as exigências do Brasil para registro de produtos agroquímicos frente a outros países. Na ocasião estiveram reunidos fiscais agropecuários federais e estaduais, onde foram realizadas discussões no intuito de harmonizar os procedimentos de fiscalização dentre as diversas regiões do país. Foram debatidos ainda assuntos como o receituário agrônomo, a aviação agrícola e a norma internacional de medidas fitossanitárias. O evento contou com a participação da Gerente Técnica da ABIFINA, Diva Arrepia.

Anvisa

Com o objetivo de comentar e apresentar sugestões da entidade sobre temas relativos ao registro de produtos agroquímicos e farmoquímicos, o 1º vice-presidente da ABIFINA, Nelson Brasil, no dia 3 de agosto manteve uma reunião conjunta com o Diretor Presidente em exercício da Anvisa, Dirceu Barbano, e seu Adjunto, Norberto Rech.

Farmanguinhos tem novo diretor



O diretor de Farmanguinhos, unidade técnico-científica da Fiocruz, Hayne Felipe da Silva, teve sua posse formalizada para a diretoria do Instituto de Tecnologia em Fármacos, no dia 19 de junho, em cerimônia realizada no auditório do CTM em Jacarepaguá. O evento reuniu funcionários e convidados do Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Governos Federal e Estadual e vários parceiros nacionais e internacionais do Instituto. O diretor eleito saudou os companheiros que estiveram ao seu lado na luta pela democracia dentro da Fiocruz, e aos presentes e lembrou que a história de Farmanguinhos está ligada ao acesso da população brasileira aos medicamentos, valorizando a pesquisa e a produção. A expectativa dos dirigentes e associados da ABIFINA é que o novo dirigente de Farmanguinhos dê continuidade ao processo de desenvolvimento do setor produtivo nacional em estreita parceria com a área pública, iniciando com os projetos concebidos originalmente por Eduardo Costa e, posteriormente, formatados em

Portarias que compõem um elenco de instrumentos públicos definidos pelo Ministério da Saúde.

ABIFINA marca sua presença na Feira CPhI Worldwide 2009

A ABIFINA participará, este ano, da feira CPhI Worldwide – a mais importante feira internacional das indústrias de produtos intermediários e farmoquímicos, realizada anualmente na Europa. Este ano a edição será em Madri, na Espanha, no período de 13 a 15 de outubro.

A participação das entidades empresariais na 15ª edição da CPhI Worldwide foi apoiada pelo Projeto Setorial Integrado (PSI) de Farmoquímicos e Farmacêuticos feito pela APEX-Brasil. O PSI é uma realização conjunta das entidades que representam a cadeia produtiva farmacêutica: ABIFINA, Abiquif (idealizadora do projeto), Alanac, Febrafarma, Interfarma e Pró-Genéricos. O PSI tem por objetivo estruturar e alavancar ações de promoção comercial das empresas brasileiras da cadeia produtiva farmoquímica-farmacêutica em mercados internacionais.

Além do projeto Feira, mais duas ações estão previstas no PSI: Projeto Imagem Sanitária – que prevê visitas de diretores e técnicos de agências reguladoras de países da América Latina à sede da Anvisa em Brasília e às plantas fabris de empresas farmoquímicas e farmacêuticas no Brasil – e o Projeto Comprador – que viabilizará visitas de empresários latino-americanos do setor às plantas farmoquímicas

e farmacêuticas instaladas no Brasil. Ambos os projetos devem acontecer ainda em 2009.

Com o apoio de entidades do setor e de órgãos governamentais, empresas de produtos intermediários, de farmoquímicos e de medicamentos, localizadas no país, têm conseguido uma maior visibilidade internacional, ano a ano, desde que começaram a participar da CPhI – onde o Brasil registra presença ininterrupta desde a primeira edição, em 1995.

Em 2009 o pavilhão brasileiro terá a participação de dez empresas, dentre elas associadas da ABIFINA, com estandes próprios, ocupando uma área de 207 m², com localização privilegiada e de grande visibilidade para os visitantes. Como já acontece todos os anos, o pavilhão brasileiro reservará um espaço comum para receber empresários brasileiros e representantes de empresas que não têm estandes próprios. Com um número de expositores confirmados superior a 1.500, de sessenta diferentes países, é esperado um público superior a 25 mil pessoas em Madri. O público-alvo da CPhI é formado por executivos, gerentes e profissionais de compras e vendas, pesquisadores e outros profissionais qualificados.

Conselho Faperj

Na forma de Decreto assinado pelo governador do Estado do Rio de Janeiro, Sergio Cabral Filho, no dia 7 de agosto tomou posse como membro titular do Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) o 1º vice-presidente da ABIFINA, Nelson Brasil, na qualidade de representante do setor produtivo privado local, indicado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

Fundo setorial de biotecnologia

No dia 07 de julho, foi realizada mais uma Reunião Ordinária do Fundo Setorial de Biotecnologia, que teve a participação do vice-presidente da ABIFINA, Marcos Oliveira. Na ocasião foram debatidos temas sobre: 1) Situação Orçamentária e Financeira do Fundo Setorial; 2) Situação de execução das ações autorizadas – Agência FINEP; 3) Situação de execução das ações autorizadas – Agência CNPq; 4) Elaboração das Diretrizes Estratégicas do Fundo Setorial – Aprovação do Roteiro Básico e montagem dos procedimentos e 5) Calendário e agenda das três próximas reuniões de 2009. A ABIFINA que já tinha assento nesse Comitê Gestor através de seu vice-presidente, Marcos Oliveira, agora terá a presença de mais um membro, representado por outro vice-presidente da entidade, Luiz Guedes, designado para a função através da Portaria MCT nº 526, de 03/07/2009.

ABIFINA na ABEQ

O *workshop* “Inovação e Sustentabilidade na Indústria Química Brasileira”, realizado no dia 26 de junho, abordou temas com as seguintes questões: matérias-primas renováveis; fontes de energia alternativas, com discussão sobre as questões tecnológicas, mercadológicas e de regulamentação; novas plataformas tecnológicas da indústria química, com exemplos de inovação tecnológica; perspectivas da questão ambiental na indústria química, com ênfase no tratamento de rejeitos e reciclagem. O primeiro tema teve a participação da ABIFINA, representada pelo seu vice-presidente, Marcos Oliveira, que fez uma apresentação sobre o assunto Tecnologia e Inovação.

O evento foi coordenado por Paulo Coutinho (Braskem e diretor da regional RJ da Abeq) e pela professora Suzana Borschiver, da EQ/UFRJ e diretora da Abeq nacional, e pela professora Eliana Alhadef, também da EQ/UFRJ.

Os objetivos específicos com este seminário foram: integração das questões da inovação e da sustentabilidade, mostrando que existe



convergência com as estratégias corporativas das empresas, sendo mais um instrumento para mudar a visão da sociedade sobre o setor químico. Além disso, o seminário forneceu subsídios tanto para estratégias empresariais como para as políticas industriais e tecnológicas colaborando, ainda, na identificação de linhas onde o país possua vantagem competitiva inerente.

Estiveram presentes representantes dos setores industrial, universidades, órgãos de fomento, governo, alunos de graduação e pós-graduação.

ABIFINA no Simpósio de Fitoterapia

Foi realizado, entre os dias 30 de junho a 03 de julho, no auditório do Ministério da Saúde, no Rio de Janeiro, o 1º Simpósio Brasileiro de Fitoterapia. A diretora de Estudos da Biodiversidade da ABIFINA, Poliana Botelho Silva, foi uma das palestrantes do tema: “Os medicamentos fitoterápicos e os níveis de complexidade”. Na ocasião ela dissertou sobre o Desenvolvimento, Produção e as PPPs. Para Poliana o evento foi muito produtivo, pois grande parte dos componentes da cadeia de fitoterápico, a nível nacional, esteve presente. O próximo passo será uma reunião em conjunto com representantes de entidades públicas e privadas do referido setor para discussão sobre todas as medidas que precisarão ser estrategicamente adotadas para a implementação do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF).



ABIFINA na Fiocruz

No dia 15 de julho foi realizado o primeiro encontro da nova administração da Fiocruz com dirigentes e empresários que atuam na área industrial da saúde. Articulados pelo 1º vice-presidente da ABIFINA, Nelson Brasil, participaram da representação empresarial nesse evento Ogari Pacheco (Cristalia), Jean Peter (Globe), Heloísio Rodrigues (Libbs), Jaime Rabi e Andréa Yamagata (Microbiológica), Alberto Mansur e Nicolau Lages (Nortec), Mario França e José Loureiro (ABL), Antonio Werneck (IVB) e Lélío Maçaira (Laborvida). Pela Fiocruz participaram da reunião o presidente da Fundação, Paulo Gadelha, o vice-presidente de Pesquisa e Produção da Fundação, Carlos Gadelha, seu assessor e representante da

instituição junto ao Comitê Farmoquímico da ABIFINA, Jorge Costa, e o diretor de Farmanguinhos, Hayne Felipe. Na ocasião, os dirigentes da Fiocruz reafirmaram o interesse na manutenção e ampliação das atividades que vêm sendo desenvolvidas em parceria com as empresas que atuam no segmento da química fina no Brasil, articuladas pela ABIFINA. Os empresários presentes à reunião confirmaram a plena adesão às políticas públicas concebidas e que vêm sendo implantadas pelo ministro José Gomes Temporão, em destaque as parcerias em construção no âmbito da Fiocruz/Bio-Mananguinhos. Também foi citada, com uma especial relevância, a necessidade de ser desenvolvido em paralelo com a pauta de trabalho, um processo de contínua comunicação entre as partes, tendo por objetivo atingir uma maior eficiência nas iniciativas definidas.

FÓRMULA DE DESENVOLVIMENTO PARA O BRASIL

FABRICAÇÃO LOCAL

Componente Obrigatório

A ABIFINA, Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades, luta permanentemente por uma indústria nacional forte. Por uma política industrial comprometida com a inovação tecnológica, com os meios que conduzam produtos inovadores ao mercado e com o financiamento dos diversos setores produtivos do país. Porque só assim teremos uma economia independente, capaz de gerar empregos, inclusão social e riqueza. A ABIFINA atua para melhorar a discussão e o encaminhamento deste e de outros pontos fundamentais de uma agenda para o desenvolvimento que o Brasil necessita. Se você também tem compromissos com o Brasil de amanhã, visite nosso site www.abifina.org.br

SOBERANIA É GERAR EMPREGOS.



ABIFINA
FORMULAMOS SOLUÇÕES PARA O BRASIL DO FUTURO.



fármacos e medicamentos • defensivos agrícolas • defensivos animais • vacinas •
catalisadores e aditivos • intermediários de síntese • corantes e pigmentos orgânicos

FÓRMULA DE DESENVOLVIMENTO PARA O BRASIL

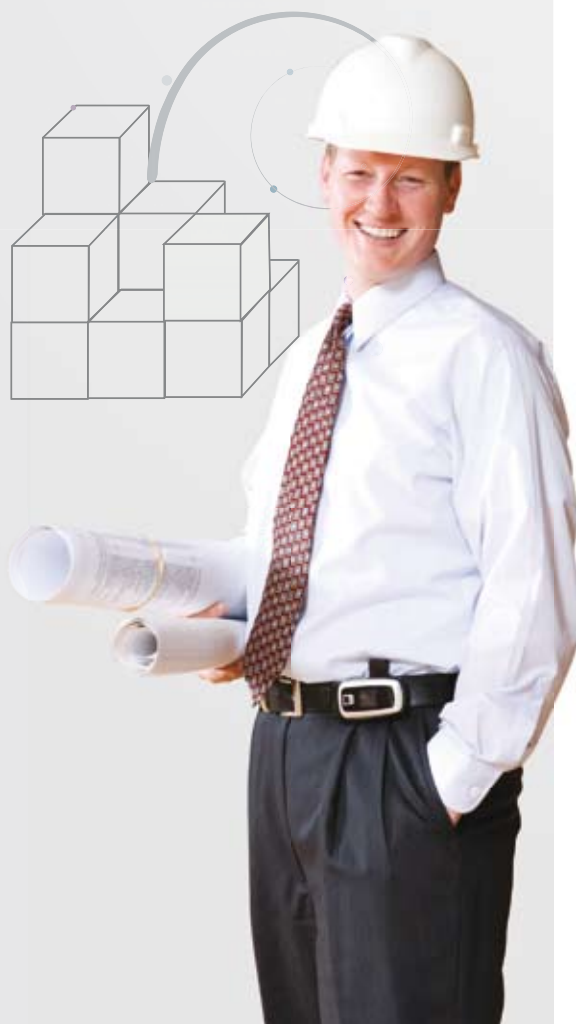
INFRA-ESTRUTURA

Componente Obrigatório

A ABIFINA, Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades, se empenha junto ao governo federal por medidas que priorizem os gargalos de infra-estrutura. Porque para atender de forma competitiva tanto o mercado interno quanto o externo, nossa indústria precisa urgentemente de soluções de logística, circulação e armazenamento de mercadorias. Sem portos, estradas e silos compatíveis com o nosso potencial produtivo não é possível crescer. A ABIFINA atua para melhorar a discussão e o encaminhamento deste e de outros pontos fundamentais de uma agenda para o desenvolvimento que o Brasil necessita. Se você também tem compromissos com o Brasil de amanhã, visite nosso site www.abifina.org.br

SOBERANIA É CRESCER.


ABIFINA
FORMULAMOS SOLUÇÕES PARA O BRASIL DO FUTURO.



fármacos e medicamentos • defensivos agrícolas • defensivos animais • vacinas •
catalisadores e aditivos • intermediários de síntese • corantes e pigmentos orgânicos